



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS

CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

JESSICA APARECIDA DOS SANTOS DA SILVA

O TRABALHO DO (A) ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO RECÔNCAVO DA BAHIA: UM ESTUDO CRÍTICO E PROPOSITIVO ACERCA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NO MUNICÍPIO DE CRUZ DAS ALMAS- BA.

Cachoeira- BA
2013

JESSICA APARECIDA DOS SANTOS DA SILVA

O TRABALHO DO (A) ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO RECÔNCAVO DA BAHIA: UM ESTUDO CRÍTICO E PROPOSITIVO ACERCA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NO MUNICÍPIO DE CRUZ DAS ALMAS- BA.

Monografia, apresentada ao Curso de Bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB como requisito para obtenção do título de bacharel em Serviço Social. Orientador (a): Prof^a. MSc. Albany Mendonça Silva.

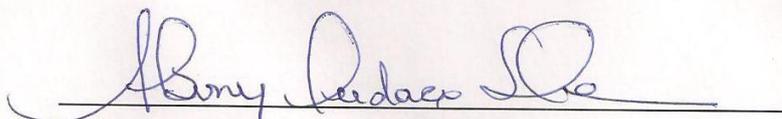
Cachoeira- BA
2013

JESSICA APARECIDA DOS S. DA SILVA

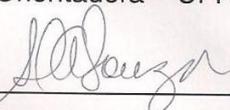
O TRABALHO DO (A) ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL NO RECÔNCAVO DA BAHIA: Um estudo crítico e propositivo
acerca das condições de trabalho no município de Cruz das Almas- BA.

Cachoeira – BA, aprovada em 31/10/2013.

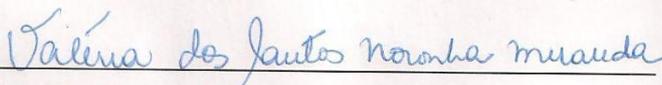
BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Ms. Albany Mendonça Silva
(Orientadora – UFRB)



Prof.ª Ms. Silvia Cristina Arantes de Souza
(Membro Interno – UFRB)



Prof.ª Dr.ª Valéria dos Santos Noronha Miranda
(Membro Interno – UFRB)

AGRADECIMENTOS

Nas palavras de Lótus “o caminho é feito com nossos próprios passos, mas a beleza da caminhada depende de que vão conosco”. Hoje ao olhar para trás percebo o quão bela tem sido minha caminhada. Repleta de pessoas maravilhosas, as quais fazem e passaram a fazer parte de minha vida. Após esses quatro de caminhada na busca pela qualificação profissional, muitos foram os desafios, dificuldades, alegrias, aprendizados, muitas amizades. Agradeço a Deus todo poderoso, por me proporcionar o dom da vida e por me colocar ao lado de pessoas tão especiais. Agradeço a minha venerada Mãe Aparecida. Por me guiar ao longo dessa trajetória, aos meus pais, meus grandes exemplos. Minha mãe, mulher batalhadora, exemplo de sabedoria, ao meu pai, grande exemplo de simplicidade e honestidade. Ao meu namorado, amigo, noivo e esposo, Gabriel, que faz dos meus projetos, os seus, de minhas escolhas, as suas e assim seguimos juntos a cada dia. Agradeço ao meu amigo e irmão Mateus.

À minha família maravilhosa, aos meus avós Edmundo e Joalice, sempre com conselhos preciosos, minhas tias, Dinda, Branca, Ere por ter me abrigado, Lã e Miriam, aos primos. A Milton meu grande incentivo, te dizer muito obrigado é pouco, peço a Deus que te abençoe grandemente. Agradeço a linda família que Deus colocou em minha vida durante esse percurso. A vovô Eloy, vovó Lice, Tia Nilza, Rafa e Verena. Muito obrigada pelo carinho e pela acolhida, fazer parte desta família foi uma dádiva de Deus. Aos professores, pelos ensinamentos e exemplos de profissionalismo e amizade.

Muito obrigada, em especial à amiga, supervisora e orientadora Albany Mendonça, ao meu “invicto” grupo de seminário, com Chirlei, Claudia, Gisele, Michele Mota e Thayza, as companheiras de estágio, grandes amigas. Foi muito bom vivenciar o estágio com vocês, e a toda turma bala, aprendi muito com todos (as). Em fim muito obrigada à todos !

*Sem trabalho eu não sou nada
Não tenho dignidade
Não sinto o meu valor
Não tenho identidade
Mas o que eu tenho
É só um emprego
E um salário miserável
Eu tenho o meu ofício
Que me cansa de verdade
Tem gente que não tem nada
E outros que tem mais do que precisam
Tem gente que não quer saber de trabalhar
Mas quando chega o fim do dia
Eu só penso em descansar
E voltar p'rá casa pros teus braços
Quem sabe esquecer um pouco
De todo o meu cansaço
Nossa vida não é boa
E nem podemos reclamar*

*Sei que existe injustiça
Eu sei o que acontece
Tenho medo da polícia*

*Eu sei o que acontece
Se você não segue as ordens
Se você não obedece
E não suporta o sofrimento
Está destinado a miséria
Mas isso eu não aceito
Eu sei o que acontece
Mas isso eu não aceito
Eu sei o que acontece
Quando chega o fim do dia
Eu só penso em descansar
E voltar p'rá casa pros teus braços
Quem sabe esquecer um pouco
Do pouco que não temos
Quem sabe esquecer um pouco
De tudo que não sabemos*

Música de Trabalho -Legião Urbana

RESUMO

O presente estudo objetivou primordialmente analisar as condições de trabalho em que estão submetidos os (as) assistentes sociais alocados nos equipamentos da política de assistência social no município de Cruz das Almas/BA. Haja vista a realização da disciplina estagio supervisionado nos três principais equipamentos da rede, e a percepção da precarização das condições de trabalho dos mesmos. O mesmo consiste numa pesquisa de caráter qualitativo, o método de análise da realidade consistiu no método crítico dialético, e as principais técnicas de pesquisa utilizadas foram: a pesquisa bibliográfica, observação, entrevistas, formulários, dentre outras. Para discutir condições de trabalho, faz-se necessário preliminarmente sintonizar serviço social e trabalho, através das contribuições marxistas e denotar as transformações societárias recentes e seus impactos na classe trabalhadora. A qual foi fortemente impactada pelo processo de transição entre o padrão fordista e toyotista apoiado na flexibilidade das relações de trabalho. Por consequência a classe trabalhadora se fragmenta e enfraquece sua organização política e sindical, sofrendo assim os impactos da precarização, terceirização. Ademais, situada a categoria trabalho nos planos teórico e histórico, a discussão segue denotando acerca da política de assistência social, seus avanços e dilemas, bem como as novas exigências postas ao profissional de serviço social. E para findar a reflexão o terceiro capítulo explana acerca das condições de trabalho dos assistentes sociais alocados na assistência social no município em questão. O mesmo esboça acerca do município sob a ótica da política social em questão. Em seguida evidencia três eixos principais no tocante à pesquisa, a qual se dividiu em perfil profissional, análise do processo de trabalho e análise das condições de trabalho. Portanto, diante da realidade precária das condições de trabalho a qual fora evidente, cabe chamar atenção para a relevância da NOB/RH e a necessidade de sua efetivação, dentre outras questões para reflexão no tange à prática profissional do trabalhador assistente social numa realidade tão adversa.

Palavras-chave: Assistente social. Condições de trabalho. Política de Assistência social. Precarização. Cruz das Almas/BA.

ABSTRACT

The present study aimed primarily analyze the working conditions are submitted to (the) social workers allocated to the equipment of social welfare policy in Cruz das Almas / BA . Given the realization of the discipline supervised internship in the three major network equipment , and the perception of the precariousness of working conditions of the same . The same is a qualitative research , the method of analysis of reality consisted of dialectical critical method , and the main research techniques used were : a literature review , observation , interviews , forms , among others. To discuss working conditions, it is necessary to preliminarily tune and social service work, through the contributions and Marxist denote recent societal transformations and their impact on the working class . Which was heavily impacted by the transition between the standard Fordist toyotist supported flexibility in labor relations . Consequently the working class is fragmented and weakened its political and labor , thereby suffering the impacts of casualization , outsourcing . Already located the category work in the theoretical and historical, denoting the discussion follows about social welfare policy , its advances and dilemmas , as well as new demands made to the social service professional . And for the third ending reflection capitulates explains about the working conditions of social workers allocated to social assistance in the municipality in question . The same explains about the city from the perspective of social policy in question . Then highlights three main areas regarding the survey, which was divided into professional profile , analysis of the work process and analyze working conditions . Therefore , before the reality of precarious working conditions which had been evident , it is to draw attention to the relevance of NOB / HR and the need for its implementation , among other issues for consideration in relation to the practice of professional social worker assistant in a reality so adverse .

Keywords : Social Worker . Working conditions. Social Assistance Policy . Precariousness . Cruz das Almas / BA

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1-	66
GRÁFICO 2	67
GRÁFICO 3	68
GRÁFICO 4	71
GRÁFICO 5.	71
GRÁFICO 6	72
GRÁFICO 7	73
GRÁFICO 8	74

LISTA DE SIGLAS

CCQ'S- Círculos de Controle de Qualidade

LBA- Lei Brasileira de Assistência

LOAS- Lei Orgânica da Assistência Social

MDS- Ministério Nacional do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

CNAS- Conselho Nacional de Assistência Social

PNAS- Política Nacional de Assistência Social

FNAS- Fundo Nacional de Assistência Social

SUAS- Sistema Único da Assistência Social

NOB/SUAS-RH- Norma Operacional Básica de Recursos Humanos

CRAS- Centro de Referência da Assistência Social

CREAS- Centro de Referência Especializado da Assistência Social

CFESS- Conselho Federal de Serviço Social

ONGs- Organização não governamental

BPC- Benefício de Prestação Continuada

NIS- Número de Identificação Social

PBF- Programa Bolsa Família

CadÚnico- Cadastro Único

PAEFI- Serviço de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

MSE- Medida Socioeducativa em Meio Aberto

FMAS- Fundo Municipal de Assistência Social

CMAS- Conselho Municipal de Assistência Social

PMAS- Plano Municipal de Assistência Social

CMDCA- Conselho Municipal da Criança e Adolescentes

CONSEA- Conselho de Segurança Alimentar

CRESS- Conselho Regional de Serviço Social

ABPES- Associação Brasileira de Pesquisa e Ensino em Serviço Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1.0- SINTONIZANDO SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO: REFLEXÕES CONCEITUAIS E TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS NA CONTEMPORANEIDADE.....	16
1.1- Notas a respeito da categoria trabalho: Uma discussão à luz da tradição marxista.....	17
1.2-Transformações societárias e seus rebatimentos no mercado de trabalho.....	24
2.0-A POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E OS DESAFIOS POSTOS AO ASSISTENTE SOCIAL NA ATUALIDADE.	31
2.1-A Política Pública de Assistência Social: das benesses aos direitos sociais e seus paradoxos.	33
2.2-O trabalho do (a) assistente social na política de Assistência Social: Parâmetros de atuação frente às exigências recentes.	42
3.0-PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO X VIABILIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIOSSISTENCIAIS: A REALIDADE DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO MUNICÍPIO DE CRUZ DAS ALMAS - BA.....	55
4.0- Breve caracterização da Política de Assistência Social no município de Cruz das Almas/BA.	58
4.1 Redesenho da atuação profissional dos assistentes sociais na assistência social em Cruz das Almas/BA.....	65
4.2.1Perfil Profissional.....	66
4.2.2 Análise do processo de trabalho do (a) assistente social.....	68
4.2.3Análise das condições de trabalho do (a) assistente social na política de Assistência Social em Cruz das Almas/BA.....	70
5.0-CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
Referências.....	80
Apêndices.....	85

1 INTRODUÇÃO

A sociabilidade contemporânea é caracterizada pela dinamicidade em seus processos estruturantes. De tal forma que as relações de produção e/ou econômicas se diversificam rapidamente e incidem nas demais esferas da vida cotidiana. Mediante a reestruturação produtiva do modo de produção capitalista, desencadeia-se mudanças também no mundo trabalho. As chamadas crises cíclicas do capital, as quais reestruturam a forma de exploração da força de trabalho com vistas à sua valorização e manutenção. Impactam, sobretudo na classe trabalhadora, a qual vem sofrendo o aviltamento no que toca a sua reprodução social. Nesse contexto está o trabalhador (a) assistente social, na qual tem seu exercício profissional impactado pelos processos de precarização das condições de trabalho.

Desta forma o presente estudo se propôs a empreender uma análise acerca dos meandros que envolvem as condições de trabalhos dos (as) assistentes sociais alocados no âmbito da política de Assistência Social do município de Cruz das Almas- Bahia.

A fim de empreender tal análise, fez-se necessário preliminarmente sintonizar Serviço Social e trabalho, haja vista a não consensual afirmativa em o serviço social constituir trabalho ou não. Deste modo convém frisar que o trabalho, como esboça a obra marxiana, é compreendido enquanto processo de interação com natureza, da qual resulta em produtos que satisfazem as necessidades humanas e acaba por engendrar a transformação do sujeito. Atribuindo a este, características que o diferem dos demais seres (animais). Desta forma como pensar o serviço social enquanto trabalho tendo em vista que o mesmo não comunga deste processo de interação com a natureza? Para tanto, autoras como GRANEMANN (1999) e IAMAMOTO (2009) são esclarecedores nessa empreitada, ao afirmarem que o Serviço Social deve ser compreendido enquanto processo de trabalho, e inserido na divisão sócio-técnica do trabalho, o qual envolve uma matéria prima ou objeto, no qual incide a ação, instrumentos e meios que auxiliam na intervenção. Em face destas considerações, de caráter teórico é necessário demarcar no plano histórico as transformações no mundo do trabalho.

Demarcando então a década de 1970, período pelo qual emergia uma nova reestruturação produtiva do capital vivencia-se a transferência do padrão de regulação fabril fordista-taylorista para o toyotismo em junção com as políticas neoliberais, é nesse contexto que a classe trabalhadora é atingida em seu cerne. Como bem afirma ANTUNES (2010, p.)

surge nesse momento então “(...) uma classe trabalhadora mais heterogênea, mais fragmentada e mais complexificada”. A qual tem sua organização política e sindical cada vez mais fragilizada e sua força de trabalho cada vez mais explorada mediante os processos de precarização..

A Assistência Social e o Serviço Social perpassam por diversas transformações, as quais remodelaram , ou pelo menos tentaram, modificar estrutura e sua direção social de ambos. Entretanto, ainda há diversos ramos embrionários, que se configuram enquanto desafios a serem enfrentados. Na política pública em questão, é notável ainda posturas clientelista, paternalistas e assistencialistas. Soma-se a esses desafios, aqueles oriundos do seio da recente formação profissional do serviço social. Os quais tendem a se intensificarem frente aos processos de exploração da força de trabalho e os intensos e emergentes processos de precarização das relações e condições de trabalho. No atual contexto da acumulação flexível, da privatização, terceirização e mercantilização dos direitos sociais.

Nesse limiar novas exigências são impostas ao exercício profissional do (a) assistente social. Este que passa a ter enquanto competência não somente a execução, mas também a formulação de planos, programas e projetos sociais. Outra questão recai sob a apropriação imprecisa e superficial do referencial marxiano como fonte teórica-metodológica do fazer profissional. Resultando em compreensões e ações deturpadas no tocante a relação teoria e prática bem como a instrumentalidade inerente às ações interventivas. Para tanto as elucidações posteriores, as quais findam o presente estudo denota acerca do objeto de estudo em questão.

Portanto a terceira seção traz uma breve caracterização do município de Cruz das Almas/Ba pela ótica da política de Assistência Social e posteriormente elenca os resultados da pesquisa. O mesmo se decompôs nos seguintes eixos: o perfil profissional; a análise dos processos de trabalho e numa esboço das condições de trabalho do (as) assistentes sociais em questão.

Mediante a experiência e observações vivenciadas no período da disciplina Estágio Supervisionado, fora suscitado o anseio de pesquisar dialeticamente tal fenômeno. Sendo que o lócus de pesquisa consistiu nos três principais equipamentos da rede socioassistencial. A saber, a Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social, o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, e o Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS. Os quais se tornaram campo de observação e análise no que toca as condições de

trabalho dos (as) assistentes sociais. A partir do relato de cinco profissionais de serviço social alocadas nas instituições já mencionadas.

Para tanto com o anseio de galgar os meandros que envolvem as condições de trabalho destes profissionais. A metodologia empregada consistiu no método de análise da realidade, o método crítico dialético. Tendo em vista que o mesmo permite uma interação com o objeto pesquisado na tentativa de atingir sua essência, mediante aproximações sucessivas. Utilizando como categorias de análise a totalidade, a singularidade e a particularidade que estruturam as condições precarizadas de trabalho em que se inserem os (as) assistentes sociais alocados na política de Assistência Social no município de Cruz das Almas - BA.

O mesmo é resultado de uma pesquisa de caráter qualitativo, a qual “responde a questões muito particulares (...) ela se preocupa com o nível da realidade que não pode ser quantificado” (DESLANDES, 1994, p.21). O mesmo tem como modalidade o estudo de caso. Já que “o caso é tomado como unidade significativa do todo” (CHIZZOTTI, 2010, p.102).

Cujas técnicas utilizadas foram respectivamente: a pesquisa bibliográfica, tendo em vista a necessidade de fazer menção a autores que discutem a categoria trabalho, e atualmente o processo de precarização das condições em que este se materializa; Observações, as quais permitiram uma aproximação com o objeto de pesquisa mediante o contato com a realidade do fenômeno pesquisado, sendo “imprescindível em qualquer tipo ou modalidade de pesquisa” (SEVERINO, 2007, p.125); Formulários, os quais levantaram informações objetivas e subjetivas, a fim de perceber as concepções dos sujeitos pesquisados, no que toca o fenômeno estudado; Entrevistas não-diretivas, que colheram informações dos sujeitos mediante relato espontâneo e diálogo interativo, ou seja, “trata-se, portanto, de uma interação entre pesquisador e pesquisado” (SEVERINO, 2007, p.124); Análise de conteúdo, no sentido de refletir sobre as informações, veiculadas pela expressão verbal, as linguagens. Como reforça (CHIZZOTTI, 2010, p.98) “o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, em seu conteúdo manifesto ou latente”.

Mediante a metodologia empregada, a qual consiste no caminho traçado para atingir o objeto de estudo em questão. Tal empreitada, aliada ao método crítico dialético, o qual “propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto” (NETTO, 2009, p.674). Fora realizada uma análise crítica das nuances que envolvem as condições de trabalho do assistente social no espaço sócio- ocupacional já mencionado.

Nesse limiar a discussão aqui evidenciada vai ao sentido de adensar o debate acerca das condições de trabalhos destes profissionais, principalmente no município, e especialmente no Recôncavo da Bahia. E assim cogitar possíveis estratégias e proposições a que venha repensar a prática profissional, a contínua formação. Bem como a relação e/ou interferência das condições de trabalho na viabilização de direitos socioassistenciais. Cujas intencionalidade, consiste prioritariamente, em perseguir a relação de unidade entre teoria e prática e os princípios fundamentais elencados pelo Código de Ética do/a assistente social no que tange a ação interventiva dos mesmos.

1 SINTONIZANDO SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO: Reflexões conceituais e transformações societárias na contemporaneidade.

“A civilização avançada envolve problemas árduos. Por isso, quanto maior o progresso, mais está ameaçada. A vida está cada vez melhor; porém, evidentemente, cada vez mais complicada.”

José Saramago

Sintonizar o serviço social e o trabalho mediante alguns conceitos e seus os desdobramentos face ao mercado de trabalho na contemporaneidade é crucial para discutir as condições de trabalho do (a) assistente social.

Assim as explanações posteriores salientam, inicialmente, acerca da categoria trabalho, em suas bases conceituais, privilegiando a tradição marxista. Tal categoria pode ser compreendida enquanto processo que envolve a interação com a natureza. Resultando no produto que atenderá alguma necessidade humana e transformando também o sujeito envolto na ação. Em um novo tipo de ser cujas características o diferem dos animais. Desta forma o trabalho tem o duplo caráter de transformar a natureza e o indivíduo simultaneamente. Entendendo a categoria trabalho no plano teórico, faz-se necessário situar-lo na dimensão histórica, isto é, contextualizar as diferentes configurações que o trabalho assume no desenvolvimento capitalista.

Daí a necessidade de se pensar o considerar as alterações no padrão de produção capitalista e conseqüentemente, suas mudanças na configuração do trabalho e mercado de trabalho.

No desenvolver do capitalismo, ocorreram avanços tecnológicos científicos e técnicos relativos aos processos de produção, ao longo do tempo. Estes avançaram, se tornando cada vez mais complexos, até atingir modo de produção capitalista na sua fase atual. Perpassando por várias reestruturações este fortalece e se complexifica cada vez mais. Todavia como os processos econômicos estão intrinsecamente relacionados às

demais dimensões da vida social. As transformações de cunho econômico incidem e influenciam mudanças no âmbito da reprodução das relações sociais.

Com a reestruturação produtiva do capital vivenciada após a crise dos anos de 1970, na qual o padrão rígido de acumulação dar lugar ao padrão da flexibilidade, vivenciado até os dias atuais. Denota uma avalanche de transformações no mercado de trabalho que impactam principalmente no trabalhador. Entram em cena a precarização das condições de laborativas, a terceirização nos serviços e nos processos de contratação. Os quais remodelam a subjetividade da classe trabalhadora, a qual tem sua organização sindical cada vez mais fragilizada e a reprodução social cada vez mais abalada. Conformando assim um novo perfil de trabalhador, cada vez mais inseguro e explorado vivendo situações de intensa precariedade. (ALVES, 2010; ANTUNES, 1996; NETTO, 2006).

Corroborando com Saramago (2005) pode-se inferir que com o avanço da civilização, a vida parece está melhor, entretanto mais complicada, principalmente para o trabalhador, já que a valorização e a manutenção da ordem do capital estão implicados na exploração de sua força de trabalho, na divisão social e técnica do trabalho e na apropriação privada dos meios produtivos. Que tendem a reforçar a intensa desigualdade social já existente. Daí a necessidade de qualificar o debate para compreender as reais implicações das transformações capitalistas no cenário atual e seus rebatimentos no exercício profissional do assistente social.

1.1- Notas a respeito da categoria trabalho: Uma discussão à luz da tradição marxista.

Evidenciar notas concernentes a categoria trabalho faz-se necessário, ainda que de forma sucinta. Tendo em vista que tal discussão constitui-se um eixo central das elucidações posteriores, bem como do trabalho como um todo.

Destarte a categoria trabalho, aqui é analisada numa perspectiva mais ampla que sua dimensão econômica e de sobrevivência. Nesse sentido “(...) transforma matérias naturais em produtos que atendem as suas necessidades (...)” (NETTO, 2010, p.30).

Cabe situar que o trabalho não acontece na imediaticidade da matéria, mas exige instrumentos, técnicas, que possibilitem a transformação da matéria bruta; o trabalho exige aptidões, o que remete ao aprendizado constante aliado a experimentação, habilidades e conhecimentos; as finalidades em que a ação do trabalho está voltada para todas as necessidades humanas, cada finalidade, ou seja, cada necessidade tende a requerer um novo “tipo”, um novo trabalho. Estas características atribuem a esse determinado tipo de trabalho um patamar diferenciado em relação às demais atividades, tendo em vista que esse novo tipo de trabalho é somente praticado pela espécie humana. O que acaba por diferenciar o homem dos demais animais. Assim,

À diferença das atividades naturais, o trabalho se especifica por uma *relação mediada* entre o seu sujeito (aqueles que o executam, homens em sociedade) e seu objeto (as várias formas da natureza, orgânica e inorgânica). Seja um machado de pedra lascada ou uma perfuradora de poços de petróleo com comando eletrônico, entre o sujeito e a matéria natural há sempre um meio de trabalho, um instrumento (ou um conjunto de instrumentos) que torna mediada a relação entre ambos. E a natureza não cria instrumentos: estes são produtos, mais ou menos elaborados, do próprio sujeito que trabalha. (ib, 2010, p.32)

O ato de criar instrumentos está relacionado a duas questões cruciais, a primeira delas consiste nas finalidades e a outra nas escolhas. A questão dos fins exige que o indivíduo prefigure idealmente o fruto de sua ação. Nesse sentido “o trabalho é uma atividade projetada, *teleologicamente direcionada*, ou seja: conduzida a partir do fim proposto pelo sujeito”. (ib, 2010 p.32).

Desta forma duas etapas perpassam na atividade do trabalho: a primeira se processa no âmbito subjetivo, no plano das idéias do indivíduo, ou seja, na sua capacidade teleológica. E posteriormente no âmbito da objetividade, da materialidade, na qual aparece o produto, o resultado da ação. Entretanto ao fazer escolhas e avaliações quanto à pertinência dos resultados, ou seja, escolher dentre as alternativas que lhe são postas e distinguir entre o favorável e o improfícuo. Todavia é relevante frisar, pois, que há aqui uma diferenciação entre *sujeito* (aquele que idealiza e realiza a ação) e *objeto* (matéria que se transforma em produto do trabalho). Nesse intercâmbio com a natureza, além das questões elencadas acima o sujeito necessita também, compreender as características da natureza e as condições objetivas em que se encontra a matéria bruta.

Tal compreensão tende a auxiliar na escolha dos instrumentos mais adequados para se chegar ao produto de forma satisfatória. O que depende também de um arcabouço de comunicação, na qual a linguagem articulada exprime suas subjetivações acerca da totalidade em este se insere.

Esse tipo de comunicação, de linguagem nos faz pensar que a atividade do trabalho não acontece de forma isolada, mas coletivamente. Acontece assim uma coletivização (integração) dos conhecimentos pertinentes à realização da ação. De tal forma que “esse caráter coletivo da atividade do trabalho é, substantivamente, aquilo que se denominará de social” (ib, 2010, p.34). Percebe-se aqui que surge algo novo, e que não é somente a transformação da natureza para atender as necessidades de sobrevivência humana, mas emergem uma nova forma de “convivência”. A coletivização do ato do trabalho na natureza permite uma nova relação. A relação estabelecida natureza e sociedade. Portanto, a transformação é de forma simultânea entre natureza e indivíduo (sujeito). Ao se transformar, o sujeito emerge enquanto um novo tipo de ser vivo, o *ser social*. Desta forma,

(...) foi através do trabalho (...) que grupos de primatas se transformaram em grupos humanos, foi através do trabalho que a humanidade se constituiu como tal. Ou, se se quiser: o trabalho é fundante do seu social, precisamente porque é do ser social que falamos quando falamos de humanidade (sociedade) (...) trata-se de um processo no qual, mediante o trabalho, os homens produziram-se a si mesmo (isto é, se autoproziram como resultado de sua própria atividade), tornando-se – para além de seres naturais – seres sociais. (ib, 2010, p. 37).

Destarte é no curso da história, que o processo de humanização (socialização) se gesta e se desenvolve. No limiar desse desenvolvimento quanto mais o sujeito se humaniza, menos instintivo ele se torna. Porém, as características naturais são suprimidas, as mesmas convivem de forma simultânea com as características humanizadas do ser social. Portanto o desenvolvimento histórico está intrinsecamente relacionado ao desenvolvimento do ser social, assim

(...) o desenvolvimento do ser social- ou a história mesma- pode ser descrito como processo de humanização dos homens, processo através do qual as determinações naturais, sem deixar de existir, jogam um papel cada vez menos relevante na vida humana. O desenvolvimento do ser social significa, pois, que embora se mantenham as determinações naturais, elas são

progressivamente afastadas, empurradas para trás, sofrendo um recuo. As barreiras (ou limites) naturais em meio às quais se move a sociedade e a própria naturalidade dos homens são insuprimíveis, mas as suas implicações para a vida humana decrescem à medida que, pelo trabalho, os homens transformam a natureza e se transformam a si mesmos. O homem, portanto, é natureza historicamente transformada – mas o que é propriamente humano reside nessa transformação (autotransformação, já que propiciada pelo trabalho realizado pelos homens), que situa o homem para além da natureza e o caracteriza como ser social. (ib, 2010, p.39)

Assim, neste desenvolvimento do social, suas objetivações tendem a se complexificar cada vez mais. Desta forma o trabalho é a ação primeira, e tal constitui-se enquanto *objetivação primária*, na qual a partir desta emergência, através de mediações novas possibilidades e necessidades e assim novas objetivações. E assim no decurso histórico extenso, o ser social atingiu o patamar que existe atualmente. Há então algumas peculiaridades que este processo de desenvolvimento de suas objetivações. Tais como: a capacidade teleológica (prever idealmente a ação, neste caso o processo de transformação da matéria bruta); a objetivação material e ideal (cria artefatos que ganham objetividade, ou seja, utilidade na vida cotidiana); capacidade de articular a linguagem e conseqüentemente a comunicação (veículo pelo qual se externaliza a prévia ideação acerca da ação a ser desenvolvida); reflexão e consciência (auxilia no processo prefiguração e nas escolhas mais contundentes à transformação da natureza); e as capacidades de universalização e sociabilização (mediante processos de integração social, sejam eles de cunho pedagógico, os quais contribuem em ações como falar, pensar, refletir, dentre outras), em um nível complexo que é a sociedade.

Nas palavras de NETTO (2010, p.43) “o trabalho é constitutivo do ser social, mas o ser social não se reduz ou esgota no trabalho”. Conforme já explicitado anteriormente, o processo de desenvolvimento do ser social ocorre mediante o trabalho, no qual estará imbuído de suas objetivações, ou por que não dizer esferas de objetivações, como a arte, a filosofia, a música, dentre outras formas. E até mesmo, o trabalho pode ser apreendido enquanto uma objetivação. Desta forma “o trabalho, porém, não só permanece como objetivação fundante e necessária do ser social – permanece, ainda, com o que se pode chamar de modelo das objetivações do ser social” (ib, 2010, p.43). O ser social vai além do trabalho, já que suas objetivações transcendem esse âmbito, surge então uma categoria mais abrangente, denominada de práxis. Esta

envolve trabalho, enquanto um paradigma, mas se eleva a ele, e inclui todas as objetivações humanas. Cabe mencionar que a práxis pode aparecer materialmente, através de produtos, como de forma abstrata, como valores ético, morais, sentimentais. E não somente se dá em uma relação entre sujeito e natureza (objeto), mas entre sujeitos. Deste modo,

A categoria de práxis permite apreender a riqueza do ser social desenvolvido: verifica-se, na e pela práxis, como, para além das suas objetivações primárias, constituídas, pelo trabalho, o ser social se projeta e se realiza nas objetivações materiais e ideais da ciência, da filosofia, da arte, construindo um mundo de produtos, obras e valores – um mundo social, humanizado enfim, em que a espécie humana se converte inteiramente em gênero humano. Na sua amplitude, a categoria de práxis revela o homem como ser criativo e autoprodotivo: ser da práxis, o homem é produto e criação da sua auto-atividade, ele é o que (se) fez e (se) faz. (ib, 2010, p. 44).

Entretanto, em condições históricas e sociais específicas tal fenômeno da práxis, enquanto forma de trabalho criativo, tende a sucumbir, dando espaço a uma relação de estranhamento entre o ser social e sua obra, e que não mais consistem nas suas objetivações, as quais agora passam a se tornar alheias as suas prefigurações. Aqui uma relação de inversão, na qual o criador passa a ser dominado pela criatura. Essa inversão caracteriza o fenômeno histórico da alienação¹. Tal fenômeno é gestado e alimentado numa estrutura social, na qual exista a apropriação dos meios de produção, a propriedade privada, bem como a intensa divisão social do trabalho. Esta sociabilidade, denominada de modo de produção² capitalista, a qual nos é extremamente contemporânea, reforça uma cultura alienada que contribui para desumanização do homem e instiga o seu retrocesso social. E nessa relação o trabalho criador, que permitiu ao indivíduo a sua humanização, agora o aliena e lhe explora. Como bem reforça NETTO (2009, p. 45) “as objetivações humanas, alienadas, deixam de promover a humanização do homem e passam a estimular regressões do ser social”. O sujeito

¹ “Esse processo de estranhamento do trabalho não se efetiva apenas no resultado- a perda do objeto-, mas abrange também o próprio ato da produção; ele é o efeito da atividade produtiva já estranhada (...) o que significa dizer que, sob o capitalismo, o trabalhador repudia o trabalho; não se satisfaz; mas se desagrada; não se reconhece, mas se nega (...) O estranhamento remete, pois, à idéia de barreiras sociais que obstaculizam o desenvolvimento da personalidade humana”. (ANTUNES, 2006, p.127)

² “Não tendo sido a expressão usada num sentido único e coerente por Marx, essa categoria foi, desde então, desenvolvida como elemento central de uma explicação sistemática da história enquanto uma sucessão de diferentes modos de produção. Essa explicação que define épocas da história”. (Marx, 2012, p. 394).

trabalhador, nesse sentido, está alheio, ou seja, numa relação de alienação e/ou estranhamento com o produto por ele fabricado. Este por sua vez, tende a não realizar a práxis em suas objetivações, já que o mesmo está imerso numa relação de dominação, cada vez mais intensificada pela busca da acumulação de riqueza, somente atingida pela exploração da força de trabalho.

A sociabilidade contemporânea, mais usualmente denominada de modo de produção capitalista, possui características extremamente funcionais à sua manutenção. Entretanto, não cabe aqui mensurar-las, com um todo, tendo em vista que tal discussão fugiria do tema proposto. Mas é crucial elucidar, algumas, como divisão social e técnica do trabalho. Em linhas gerais, esta divisão consiste na separação da sociedade em dois pólos: um consiste nos detentores dos meios de produção, os capitalistas; e o outro a classe trabalhadora, a qual vende sua força de trabalho em troca de salário³. Para Marx, (1982), a condição de assalariamento implica diretamente no processo de valorização do capital isso significa falar em processo de acumulação da riqueza mediante a exploração da força de trabalho.

Assim o capitalismo se materializa nos meandros da historicidade, a qual não é estática, mas dinâmica. O mesmo se reinventa, reestrutura, se refaz. Atravessa crises cíclicas atingindo um novo patamar, sempre voltado ao seu ideal primeiro, a saber a acumulação de riqueza e sua autovalorização.

Já esboçada uma sucinta caracterização, do modo de produção capitalista, retomemos a um de seus eixos estruturantes; a divisão social e técnica do trabalho, na qual se insere o Serviço Social. O qual pode se compreendido enquanto especialização do trabalho coletivo. Tais questões são essenciais para pensar na condição de assalariamento, a qual o (a) assistente social é submetido. (IAMAMOTO, 2009)

Todavia ao pensar no exercício profissional do (a) assistente social, cabe problematizá-lo, partindo do conceito de trabalho, o qual fora evidenciado nas linhas

³ “o valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos artigos de primeira necessidade exigidos para produzir, desenvolver, manter e perpetuar a força de trabalho”. (Marx, 1982, p. 161). “A determinação do preço da força de trabalho supõe uma diferenciação, uma homogeneização do trabalho despendido pelos produtores diretos (os trabalhadores). (...) para compreender tal homogeneização, torna-se indispensável distinguir trabalho concreto de trabalho abstrato (...) o trabalho que cria valor de uso é o trabalho concreto (trabalho útil). (...) na mercadoria encontramos, pois, simultaneamente trabalho concreto e trabalho abstrato – mas não se trata, obviamente, de dois trabalhos: trata-se da apreciação do mesmo trabalho sob ângulos diferentes: o do ângulo do valor de uso, trabalho concreto; do ângulo do valor de troca, trabalho abstrato.” (NETTO, 2009, p.104-105)

precedentes. Lessa (2012, p.14), evidencia que “(...) nesse preciso sentido, o trabalho é o intercâmbio orgânico do homem com a natureza”. Como pensar o serviço social enquanto trabalho tendo em vista que o mesmo não comunga dessa interação com a natureza? Há uma discussão que opera em torno da seguinte indagação: o serviço social é trabalho? Tal discussão traz certo incômodo, haja vista a dificuldade de definições precisas.

Existem concepções, as quais reforçam o serviço social enquanto especialização do trabalho coletivo e inserido assim nos processos de trabalho. Por outro lado há definições que o incorporam enquanto “práxis social”⁴. Nesse sentido IAMAMOTO (2009) salienta que,

Qualquer processo de trabalho implica uma matéria-prima ou objeto sobre o qual incide a ação do sujeito, ou seja o próprio trabalho que requer meios ou instrumentos para que se possa ser efetivado. Em outros termos, todo processo de trabalho implica um matéria-prima ou objeto sobre o qual incide a ação; meios ou instrumentos de trabalho que potencie a ação do sujeito sobre o objeto; é a própria atividade, ou seja, o trabalho direcionado a um fim que resulta em um produto. (...) Ficam, pois, as seguintes questões a serem respondidas : Qual é o objeto de trabalho do serviço social? Como repensar a questão dos meios de trabalho do Assistente Social? Como pensar a própria atividade e/ou trabalho do sujeito? E qual produto do trabalho do assistente social? (ib, 2009, p. 61-62).

A matéria prima sobre a qual incide a ação interventiva do (a) assistente social são as diversas expressões da questão social⁵. E para debelá-la o profissional deve conhecer a realidade na qual ela se gesta e se desenvolve. Atingindo os fatores mais camuflados de cada situação. Assim esta análise de conjuntura deve estar apoiada numa sólida base teórica-medotológica, ética-política e técnico-operativa.

De tal forma que não há técnicas gerais, e muito menos receituário teórico-prático específico, tendo em vista que as demandas que lhes são apresentadas variam de

⁴ “(...) ainda que esta se refira à prática social, isto é, o conjunto da sociedade em seu movimento e contradições. A análise da “prática” do assistente social como trabalho, integrado em um processo de trabalho permite mediatizar a interconexão entre o exercício do Serviço Social e a prática da sociedade.” (IAMAMOTO, 2019:59-60).

⁵ “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia. (IAMAMOTO E CARVALHO, 2007, p. 77)

acordo com a dinâmica da realidade e a política pública em que o profissional está inserido. Assim o contínuo processo de formação aliado ao referencial teórico-metodológico, dará subsídios à escolha dos instrumentos e técnicas necessários ao trabalho. Quanto aos meios de trabalho, nem sempre o profissional dispõe de todas as condições necessárias para execução de sua ação, principalmente os instrumentos, os quais as instituições e/ou política pública deveriam ofertar. Nesse limiar o profissional dispõe de uma relativa autonomia, que nem sempre garante a execução de uma ação contundente com as demandas que lhes são apresentadas cotidianamente. Desta forma faz-se necessário fazer referência a Granemann, quando a mesma afirma que, “só se pode pensar o Serviço Social como trabalho e no cotidiano de sua intervenção profissional como processo de trabalho (...) é uma especialização na divisão sociotécnica do trabalho” (GRANEMANN, 1999, p.55). É compreendê-lo enquanto categoria fundante da produção e reprodução das relações sociais.

Portanto para compreender as condições de trabalho do assistente social na contemporaneidade é crucial situar algumas transformações societárias e seus impactos ao mercado de trabalho. Tendo em vista que as condições econômicas estão intrinsecamente relacionadas às demais dimensões da vida cotidiana. Assim a próxima seção elucidada algumas destas transformações no sentido de evidenciar principalmente os seus rebatimentos no mundo do trabalho e conseqüentemente, no exercício profissional do assistente social, objeto em questão no estudo.

1.2 Transformações societárias e seus rebatimentos no mercado de trabalho.

Para compreender as novas configurações no mundo do trabalho e seus impactos no exercício profissional⁶ do (a) assistente social. Faz-se necessário preliminarmente evidenciar algumas transformações de ordem econômica. E assim demarcar os

⁶ A exigência de analisar o exercício profissional n âmbito dos processos e relações de trabalho impõe-se em função da condição de trabalhador “livre”, proprietário de sua força de trabalho qualificada, que envolve uma relação de compra e venda dessa mercadoria. É, portanto, a condição de trabalhador assalariado. (IAMAMOTO, 2009: 96).

rebatimentos dessas mudanças no exercício profissional do (a) assistente social, principalmente no que toca as condições de trabalho a que estes estão submetidos. Como bem reforça NETTO (1996, p.87) (...) “o período histórico em que estamos situados marca-se por transformações societárias que afetam diretamente o conjunto da vida social e incidem fortemente sobre as profissões, suas áreas de intervenção (...)”.

Demarco então a década de 1970, a qual evidenciara transformações societárias que denotam conseqüências peculiares às décadas posteriores. Entre os anos de 1974 e 1975 se dá o estopim de uma recessão na economia internacional, que abalara as taxas de crescimento, até então vigentes por vários anos. Frente essa derrocada, diversos ajustes são necessários, os quais incidem em novas mudanças de ordem societárias. Assim, “ a crise dos anos setenta assinalou a exaustão do padrão capitalista monopolista fundado num regime de acumulação (...) rígido” (id, 2006, p.90). O que Mandel (1985) qualifica como capitalismo tardio⁷.

Para adentrar no cenário político que se configurou com a crise capitalista de 1970, torna-se essencial traçar em linhas gerais as principais características do modo de produção fordista, com vistas a apreender os mecanismos que deram bases para sua emergência. Destarte o modelo rígido de regulação produtiva, autores como Harvey (1992) e Barros (1991) são exponenciais ao caracterizarem tal fase capitalista. No modelo rígido havia uma intensa fragmentação entre os segmentos dos trabalhadores. A qualificação ficava a cargo apenas dos setores mais altos, ou seja, aqueles que não executavam apenas as ações. O padrão fordista-taylorista submetia o trabalhador a exacerbação dos seus movimentos e reduzia a sua capacidade de pensar acerca do processo de trabalho, no trabalho intelectual não era fomentado o ato de pensar, no setor da produção, havia uma separação entre as atividades intelectual e braçal. Sendo que todo trabalho deveria ser submetido ao planejamento e a supervisão. A produção se dava em larga escala, bem com padronização dos produtos, tal medida permitia a elevação na taxa de lucros e a redução dos custos mediante acordos com a classe trabalhadora. Assim “a indústria fordista, aliada aos princípios tayloristas, leva às

⁷ No capitalismo tardio, a demanda ampliada do trabalho intelectualmente qualificado não está de forma alguma limitada às necessidades do processo de produção. Atualmente o desenvolvimento do trabalho intelectual tem caráter duplo, correspondente às duas tendências fundamentais de desenvolvimento do capitalismo tardio como um todo – por um lado, o tempo de rotação mais curto do capital fixo devido à aceleração da inovação tecnológica, e, por outro lado, a pressão resultante no sentido de se ganhar um controle sistemático sobre todos os aspectos do processo social de produção e reprodução. (MANDEL, 1985, p. 186)

ultimas conseqüências “o grande sonho do capital: posicionar definitivamente o trabalhador como apêndice da engrenagem” (BAZÍLIO, 1993, p.52, apud ARANHA 1999, p. 82-83).

Em linhas gerais o paradigma fordista caracterizava-se pela dimanicidade no tempo da produção. A máxima da “produção em massa” agregou-se a prática do consumo em massa. E permite assim engendrar novas relações sociais. Surgem melhores condições de sobrevivência para o trabalhador, o papel do Estado é reordenado mediante a provisão das políticas sociais, alargando o campo dos direitos sociais. O trabalhador experimentara agora o consumo e o lazer, dimensões até então desconhecidas. Esse novo desenho de relações sociais só foi permitido porque “o keynesianismo ⁸ e o fordismo, associados, constituem os pilares do processo de acumulação acelerada de capital (...) com forte expansão da demanda efetiva, altas taxas de lucros, elevação do padrão de vida das massas.” (BEHRING, 2011, p.88).

Entretanto são os anos posteriores que sofrem os impactos mais truculentos da crise do padrão fordista. Como o propósito principal, aqui é evidenciar as transformações societárias e seus rebatimentos ao mercado de trabalho, partimos então para a década de 1980, a qual “caracterizou o momento mais agudo nessa história do mundo do trabalho, porque ela presenciou, de maneira simultânea, uma dupla crise (...)” (ANTUNES 2006, p.47). Conforme este autor neste período tem-se uma intensa transformação no que toca a objetividade da classe trabalhadora, o que resultou profundas mudanças nos processos de trabalho. Soma-se a este fator mudanças também no plano subjetivo do trabalho. Ambas mutações, as quais se deram concomitantemente e inter-relacionada com às revoluções tecnológicas e técnicas no que toca ao aperfeiçoamento das forças produtivas, assim

No que diz respeito ao mundo do trabalho, a década de 80 foi uma década de grande salto tecnológico que vivenciou uma revolução técnica no interior do capitalismo, principalmente no

⁸ John Maynard Keynes (1883-1946), em seu clássico livro *Teoria Geral do emprego, do juro e da moeda*, publicado em 1936, defendeu a intervenção do Estado na economia, em sintonia apenas do ponto de vista dos fundamentos econômicos. (...) O Estado, com o Keynesianismo, tornou-se produtor e regulador, o que não significava o abandono do capitalismo ou a defesa da socialização dos meios de produção. (...) a capacidade de regeneração do capitalismo com base no keynesianismo-fordismo constituem processos que dão fôlego aos “anos de ouro” do capital. Contudo (...) o esgotamento viria a partir da segunda metade dos anos 1960. Resultou desse conjunto de determinações a possibilidade político-econômica e histórica do *Welfare State*. (BEHINRG, 2011: 89)

que diz respeito ao desenvolvimento das forças produtivas, e esse enorme salto tecnológico, de que a automação, a robótica, microeletrônica são expressões de excelência, fez com que o modelo de produção que tanto particularizou o capitalismo do século XX, o padrão fordista de produção fabril, a lógica taylorista de organização do trabalho, deixasse de ser o único modelo dominante no processo de trabalho. (ANTUNES 1996, p. 79).

Paralelo ao padrão fordista e taylorista, há uma junção e/ou substituição com o padrão japonês, o chamado toyotismo. Nesse padrão, tão dominante na atualidade há uma sutil característica, a de erodir e/ou fragmentar a organização sindical. E ao contrário da produção em série fordista, a flexibilidade é a característica mestra do toyotismo. Agora a produção e/ou acumulação flexível, a qual

(...) se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 1993, p.140 APUD NETTO E BRAZ, 2010, p. 215).

Para atender as novas configurações do modelo de acumulação flexível é necessária a descentralização da produção, ou seja, os grandes centros de produção, como as indústrias, por exemplo, passam a se espalhar para áreas menos desenvolvidas como as zonas periféricas. Na qual a oferta de mão de obra é abundante, sendo de fácil exploração e ausente de organização política e sindical. Outra característica inerente a este modelo é a massiva introdução de ciência e tecnologia especializadas, o que acaba por reduzir a necessidade de mão de obra em substituição pelo aparato maquinário, ocorrendo assim à substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto⁹. Nesse processo o trabalhador é requisitado à especialização e qualificação cada vez maiores, tendo em

⁹ “(...) Ora, sem o capital constante (*o trabalho morto*), é impossível produzi-la; o capital constante é condição necessária para produzir mais-valia; porém, não é, nem de longe condição suficiente – esta é representada pela força de trabalho (que devemos designar por *trabalho vivo*): a mais-valia é criada exclusivamente por ela. Assim, o capital não explora capital constante (os meios de produção, o trabalho morto) – explora a força de trabalho, o trabalho vivo.” (NETTO E BRAZ, 2009, p.102).

vista, que o mesmo agora deve atender a diversas funções e obrigações, ou seja, o chamado trabalhador polivalente ¹⁰. Em contrapartida

ocorre um movimento inverso: muitas atividades laborativas são desqualificadas, de forma a empregar uma força de trabalho que pode ser substituída a qualquer momento. Assim, no conjunto dos trabalhadores, encontra-se uma parte extremamente qualificada, que em geral consegue um mínimo de segurança no emprego, e uma grande parcela de trabalhadores precarizados. (NETTO, 2006, p.217)

Nesse sentido, há uma forte incidência de desmobilização da classe trabalhadora. A qual agora passa a gerir várias funções, sendo submetido à fragmentação no processo de contratação e de vínculos empregatícios, há condições intoleráveis de realização da atividade laborativa, como ausência de condições adequadas e de instrumentos necessários. Surgem os CCQ'S (Círculos de Controle de Qualidade) e o sistema de produção em tempo, ou seja, Just in time ¹¹, ancorados ao discurso da qualidade e da participação impulsionaram a nova reestruturação do capital e produziram novas relações de trabalho e de produção, e impactaram substancialmente no ethos da classe trabalhadora. Destarte impera na subjetividade desse trabalhador a insegurança e a incerteza do trabalho assalariado. Mattoso (1996) evidencia que a insegurança se reveladas das seguintes formas: a insegurança no mercado de trabalho (com a ausência do pleno emprego e a intensificação da disparidade entre os desempregados, tendo em vista a redução dos benefícios sociais); a insegurança no emprego (há uma forte redução da estabilidade no emprego, através da subcontratação e da precarização); a insegurança na renda (os salários tornam flexíveis e tendem a repercutir na adensamento da

¹⁰ “Polivalência significa simplesmente um trabalho mais variado com uma certa *abertura quanto a possibilidade de administração do tempo pelo trabalhador e não importa necessariamente mudança qualitativa das tarefas*. Representa nada mais que uma *racionalização formalista com fins instrumentais* e pragmáticos calcada no princípio positivista da soma das partes. Não significa obrigatoriamente intelectualização do trabalho, mesmo tratando-se de equipamentos complexos. É suficiente, para *um trabalhador polivalente*, o recurso aos conhecimentos empíricos, disponíveis, permanecendo a ciência como algo que lhe é exterior e estranho” (MACHADO, 1992, p.19, APUD ARANHA, 1999, p.176).

¹¹ O Just in time consiste num instrumento de controle da produção baseado no propósito de atender a demanda com maior rapidez possível e de minimizar os estoques de matéria prima, bem como os intermediários e finais. (...) Os CQC- Círculos de Controle de Qualidade tem sido apontados como parte integrante do Just in time, além do mais, convém ressaltar que (...) os CQC tem um objetivo ideológico expresso na busca gerencial de envolver os trabalhadores com as metas da empresa e criar uma identidade entre a direção e os operários. (LEITE, 1990, p. 38-41, APUD ARANHA, 1996, p.126).

pobreza); insegurança na contratação do trabalho (mediante o crescimento da dicotomia no mercado de trabalho) e a insegurança na representação do trabalho (com a fragilização a qual vem sofrendo a organização política e sindical dos trabalhadores). O que tende a sua retração frente tantas a possibilidade de inserção no exército de reserva.

Sendo assim,

Essas mutações criaram, portanto, uma classe trabalhadora mais heterogênea, mais fragmentada e mais complexificada, dividida entre trabalhadores qualificados e desqualificados, do mercado formal e informal, jovens e velhos, homens e mulheres, estáveis e precários, imigrantes e nacionais, brancos e negros etc., sem falar nas divisões que decorrem da inserção diferenciada dos países e de seus trabalhadores na nova divisão internacional do trabalho. (ANTUNES 2010, p.27)

Soma-se a estas mudanças, o ideário neoliberal¹² que passa a constituir peculiaridades diferenciadas ao trabalho e sua precariedade. São nos anos posteriores a década de 80 que várias expressões da questão social se adensam, e suas raízes estão ligadas, mas não totalmente relacionadas, ao curso político e econômico, que vivenciávamos, a era Collor. Na qual (...) penetramos em um novo período histórico que denominamos de nova ofensiva do capital (...) cuja característica principal é dada pela articulação complexa entre reestruturação produtiva e política neoliberal. (FRANCISCO, 1996, p. 110).

As políticas neoliberais caracterizavam-se pelas práticas de privatização, ajuste monetário, abertura comercial, reestruturação das políticas sociais, desregulamentação das relações trabalhista. Bem como pelas transformações voltadas à produção mediante o ingresso de inovações científicas e tecnológicas. Tais processos impuseram ao trabalhador desafios no que toca à sua organização sindical. As políticas neoliberais tendem a adotar políticas deflacionárias, a exemplo do Plano Collor, a qual empurrou o Brasil para uma intensa recessão econômica. Entretanto no ano de 1994, com o Plano Real, a recessão é amenizada, porém é dada continuidade à política neoliberal, através da abertura comercial e de uma política monetária restrita. O que resulta um novo

¹² “(...) o grande capital fomentou e patrocinou a divulgação maciça do conjunto ideológico que se difundiu sob a designação de neoliberalismo (...) “sustentando a necessidade de “diminuir” o Estado e cortar as suas” gorduras”, justifica o ataque que o grande capital(...) o que representem os monopólios e seus representantes nada mais é que um Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital. (NETTO, 2010: 227).

processo de recessão e desemprego generalizado. Nesse momento ainda que tenha sido no governo anterior, é no **governo de Fernando Henrique Cardoso, que aparece a concepção de “um (novo) e precário mundo do trabalho” (ALVES, 2010). Há uma forte tendência de desemprego, principalmente nas indústrias e centros urbanos, no estado de São Paulo, grande pólo da economia brasileira. Conforme (ib, 2010, p.248) “Surge, a partir daí, um jobless growth- expressão utilizada para caracterizar o crescimento da economia sem o crescimento proporcional do emprego.” Intensificando cada vez mais o desemprego em larga escala, ou seja, “desemprego em dimensão estrutural, precarização do trabalho de modo ampliado” ANTUNES, 2009, p.36)**

Para tanto convém situar, afim de não cair em generalizações, que simultâneo aos fatores citados, há determinantes conjunturais atrelados as especificidades da economia brasileira e as práticas neoliberais. As quais além de contribuírem para a fragmentação dos setores produtivos tendem a impactar no crescimento do emprego assalariado. Ou seja, “ele tende a alterar a lógica que constitui os mercados de trabalho nos países capitalistas, promovendo, cada vez mais, a “desconexão virtual” entre investimento produtivo e a criação de emprego”. (ALVES, 2010, p. 249). E conseqüentemente coloca em crise o trabalho assalariado formal ¹³.

É nesse complexo panorama que a reestruturação produtiva do capital estimula a exploração do trabalho. “(...) afetando, além das políticas sociais, as políticas de emprego e salário e o mercado de trabalho. Atingem, assim, de forma particular o Serviço Social (...). (IAMAMOTO 2009, p.113). É nesse contexto que os processos de precarização do trabalho e de terceirização reordena a classe trabalhadora, principalmente, conforme já situado, através na mudança na sua subjetividade, ao minar a consciência de organização política e sindical e assim conforma um tipo de trabalhador obsoleto, subserviente e alienado aos ditames do capital. O qual impulsiona, “a superexploração” do trabalho” (ALVES, 2010, p.251)

Já situadas algumas das transformações societárias e seus impactos no mercado de trabalho. Como a reestruturação produtiva e suas especificidades contemporâneas. Cabe frisar alguns pontos que propiciem a reflexão ao debate, no que toca o trabalhador assistente social, frente às relações flexíveis de produção.

¹³ “O que, é evidente, que não caminha para eliminação da classe trabalhadora, mas para a sua precarização e utilização de maneira ainda mais intensificada. (ANTUNES, 2006, p. 170)

Diante das questões elucidadas, convém frisar a pertinência em situar o debate das transformações societárias, especialmente, os impactos da ofensiva neoliberal no aviltamento das reais condições de trabalho, e conseqüentemente, o processo de trabalho do assistente social na contemporaneidade. Considerando assim, os diversos espaços sócio-ocupacionais, em que os assistentes sociais vêm sofrendo os efeitos destas mudanças. Através da precarização das condições de trabalho. Seja na ausência de instrumentos necessários ao exercício profissional, seja na fragilização dos vínculos empregatícios como a contratação temporária, a ausência e concursos públicos, dentre outras. Assim a próxima seção traz um esboço acerca do trabalho do (a) assistente social na Política Pública de Assistência Social frente às exigências postas na contemporaneidade. Com o intuito de apreender as peculiaridades inerentes à política pública em questão e os desafios postos ao exercício profissional do (a) assistente social frente às condições de trabalho quando precarizadas.

2 A POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E OS DESAFIOS POSTOS AO ASSISTENTE SOCIAL NA ATUALIDADE.

*Quando o homem compreende a sua realidade,
pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa
realidade e procurar soluções. Assim pode
transforma – lá (...).*

Paulo Freire

Situar a Política Pública de Assistência Social faz-se necessário, uma vez que mesma constitui-se enquanto “espaço ocupacional privilegiado dos assistentes sociais” (IAMAMOTO, 2009, p. 124). Nesse limiar é pertinente situar a sua estreita ligação com as bases da profissão. Uma vez que o Serviço social e a Assistência Social perpassaram por processos históricos simultâneos de institucionalização e profissionalização, respectivamente. A doutrina humanista católica era o referencial que norteava ações “profissionais”. Numa lógica de benemerência, de ações caritativas, desenvolvidas pelos assistentes sociais.

Para tanto com o avanço das transformações econômicas e sociais, conseqüentemente ocorreram mudanças também no âmbito das relações sociais. Tanto a

Assistência Social, quanto o Serviço Social passaram por transformações, e avançaram até atingirem uma maturidade constitucional, e uma legalidade profissional, respectivamente.

Entretanto há diversos desafios ainda a serem enfrentados, principalmente os traços de suas características originárias, pautadas no clientelismo, no assistencialismo. E ainda há ranço conservador que permeia as ações profissionais. Soma-se a estes, a cultura moralista, a qual culpabiliza o indivíduo imerso nas expressões da questão social. Numa lógica meritocrática e mercantilista, em que o indivíduo é único responsável por sua precária condição social. Ao passo das concepções que naturalizam as desigualdades sociais, considerando-as como fruto do destino, do acaso ou mesmo da sorte. E não enquanto fruto da estrutura contraditória do atual modo de produção. Desta forma a política pública de Assistência demanda diversos paradoxos, apesar de seus avanços, pós a Constituinte de 1988. Os quais, o assistente social depara-se em seu cotidiano de trabalho. E seu enfrentamento torna-se ainda mais obscuro, tendo em vista sua condição de trabalhador assalariado, submetido à exploração da força de trabalho, bem como os intensos e emergentes processos de precarização das relações e condições de trabalho. No atual contexto da acumulação flexível, da privatização, terceirização e mercantilização dos direitos sociais.

Cabe frisar que o enfrentamento dos desafios postos nos processos de trabalho, perpassa pela análise da realidade numa perspectiva de totalidade, aliado ao referencial teórico e coerente com demandas. O qual retroalimenta as dimensões, atribuições e competências profissionais. Nesse sentido a contribuição de **Freire** é pertinente, quando o mesmo afirma que só se pode levantar propostas e/ou alternativas para fazer frentes aos desafios da realidade, quando o mesmo a compreende. Compreender a realidade e os desafios cotidianos no âmago do exercício profissional requer uma leitura precisa e coerente dos determinantes que compõe a realidade social. Tal dimensão é imprescindível à ação profissional dos (as) assistentes sociais, nos rápidos arranjos e rearranjos do modo de produção capitalista, em seu estágio atual.

Para tanto a discussão que ora segue traz, ainda que de forma sucinta, algumas reflexões acerca da política de Assistência Social em seus paradoxos e as exigências recentes postas ao exercício profissional do (a) assistente social.

2.1 A Política Pública de Assistência Social: das benesses aos direitos sociais e seus paradoxos.

Para problematizar a política de Assistência Social na atualidade, faz-se necessário situar em breves linhas a sua retrospectiva histórica, no sentido de compreender os desafios e dilemas presentes na sua operacionalização na contemporaneidade.

Ao retroceder nos fatos concernentes ao social, podemos perceber que a origem da assistência social no Brasil e no mundo, tem suas raízes na caridade, na filantropia e na solidariedade religiosa. No Brasil, especificamente, o Serviço Social tem suas bases embrionárias conexas às ações benemerentes, praticadas pelas primeiras damas. Mediante a primeira instituição nacional, a Legião Brasileira de Assistência (LBA), a qual surge mais precisamente em 1942.

A LBA se tornou uma instituição assistencial que atuava nas mais diversas situações sociais, assegurado serviços nem sempre contínuos e sistemáticos, os quais não se situavam na ordem do direito. Isso quer dizer as ações da LBA decorriam de iniciativas tecnocráticas – não eram asseguradas em legislação, não dispunham de orçamento definido e eram implementadas por funcionários, mas também por grupos voluntários “capitaneados” a partir do apelo humanitário de ajuda ao próximo. A esposa do presidente assumiria a presidência de honra da instituição desde sua criação, exercendo importante papel na condução das sob a ótica da benevolência e da ajuda moral. Esse papel era igualmente desempenhado nos estados e municípios pelas “primeiras damas” municipais e estaduais. (BOSCHETTI, 2008, p.52)

As ações da LBA estenderam-se à maternidade, à infância, à velhice, aos que necessitam, bem como a alimentação e a habitação de grupos menos favorecidos. A atuação da LBA se disseminou, estendendo-se desde a oferta de creches, orfanatos, cursos profissionalizantes, centros sociais, à assistência em espécie e em natura (alimentação, medicamentos, vestimentas), dentre outras. Apesar de sua forte imbricação com práticas assistencialistas e clientelistas, a LBA consistiu um marco importante tanto na evolução da política de assistência social enquanto política no

cenário brasileiro, quanto nas protoformas do Serviço Social brasileiro¹⁴. As ações compreendiam ações paternalistas e/ou clientelistas do poder público, favores concedidos aos indivíduos, pressupondo que tais pessoas atendidas eram favorecidas e não cidadãs ou usuários de um serviço ao qual tinham direito. Portanto, a assistência era tida como benesse, ou seja, ajuda aos pobres e necessitados, configurando-se mais como uma prática do que como uma política.

Neste mesmo sentido,

A universalização da proteção social virá, em meados do século passado, no bojo do projeto de seguridade social que propõe, à diferença do seguro social, proteção uniforme aos riscos estendida a toda a população e em sua organização institucional e cujo acesso independe de contribuição passada ou de filiação a caixas de seguro. (JACCOUD, 2009, p.59)

O período histórico, a partir da década de 1980, configurou-se como um divisor de águas no que diz respeito ao campo dos direitos sociais. Ocorreu nesse período um forte engajamento e pressão da sociedade civil no que concerne à discussão das políticas sociais, na qual denotou-se um ampla articulação dos movimentos sociais. Segundo Rizotti (1998) referenciando-se em Cardoso (1994) os movimentos sociais contribuíram para a conformação dos novos arranjos das políticas sociais brasileiras, fazendo sua inserção tanto na gestão quanto no controle social.

Foi a partir da Constituição Federal, que houve um reconhecimento dos direitos humanos sociais como um avanço significativo. Pela primeira vez o homem brasileiro era tratado como cidadão, como sujeito e possuidor de direitos, dentre os quais estava o direito à Seguridade Social¹⁵.

Nesse sentido a Seguridade Social implica que todo cidadão tenha acesso a um conjunto de certezas e seguranças que venham cobrir, diminuir ou precaver os riscos e as vulnerabilidades sociais. A partir dessa nova concepção foi instituído o reconhecimento do direito universal, independente se o cidadão contribuisse com o sistema previdenciário ou não. (YASBECK, 1997, p.13).

¹⁴ Ver IAMAMOTO, M. V. **Relações Sociais e Serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez; Lima: Celats, 1982.

¹⁵A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativas dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social (Constituição Federal de 1988. Art. 194).

Todo esse processo de ampliação do conceito de direitos sociais e de políticas públicas culminou na organização das definições das frentes de ação que caracterizariam o Sistema de Proteção Social¹⁶ brasileiro: Saúde, Previdência Social e Assistência Social, o qual é chamado hoje de tripé da Seguridade Social, cada uma com suas respectivas atribuições no que toca o enfrentamento das expressões da “questão social” e na viabilização do acesso aos direitos, tornando-se uma política pública que significa direito do cidadão e dever do Estado. Desta forma, a assistência social, pela primeira vez em sua história, foi arquitetada como uma das três instituições políticas basilares da Seguridade Social. Avanço que expressa a superação do conceito de assistencialismo, da filantropia e da benemerência social, e passa a constituir-se como a profissionalização da atividade pública, a qual não somente está atrelada ao atendimento às necessidades básicas da população, como e, sobretudo junto à população em situação de risco e vulnerabilidade social.

Na Constituição Federal, os artigos 203 e 204 idealizam a Assistência Social enquanto política, sendo a mesma de responsabilidade do Estado e direito de todo cidadão. Como ratifica o artigo primeiro da Lei Orgânica da Assistência Social,

A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento as necessidades básicas. (LOAS, nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993).

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) atribui um caráter de maturidade legal aos serviços socioassistenciais¹⁷. Tendo como instância de coordenação o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). E instituiu o

¹⁶Assim chamo de *sistema de proteção social* as formas- às vezes mais, às vezes menos institucionalizadas- que as sociedades constituem para proteger parte ou conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio e as privações. Incluo neste conceito, também tanto as formas seletivas de distribuição e redistribuição de bens materiais (como comida e o dinheiro), quanto de bens culturais (como saberes), que permitirão a sobrevivência e a integração, sob várias formas, na vida social. Incluo, ainda, os princípios reguladores e as normas que, com intuito de proteção fazem parte da vida das coletividades. (Di Giovanni, 1998, p.10)

¹⁷ Ver Resolução Nº 109, de 11 de novembro de 2009, Brasília – DF, 2009.

Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)¹⁸ enquanto instância máxima. Suas competências principais consistem em aprovar a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), normatizar e regular a prestação de serviços, sejam eles de caráter público ou privado no campo da política em questão. Acompanhar e fiscalizar as entidades e organizações de assistência social, zelar pela efetivação do sistema participativo e descentralizado; acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, divulgar no Diário Oficial da União todas as decisões, bem como do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), dentre outras. (MDS, CNAS, 2010)

A LOAS como

Lei inova ao afirmar para a Assistência Social seu caráter de direito não contributivo (independentemente de contribuição à Seguridade e para além dos interesses do mercado), ao apontar a necessária integração entre o econômico e o social e ao apresentar novo desenho institucional para a Assistência Social. (YASBECK, 2006, p.12).

Portanto, fica instituído que cabe ao Estado e suas instituições consolidarem em rede uma política pública de direito, rompendo com práticas remotas de benemerência e filantropia. Entretanto há que se considerar que a LOAS foi um avanço, mas algumas incoerências são necessárias de serem evidenciadas. Nesse sentido,

(...) pode ser notado no texto da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em cuja elaboração concorreram e digladiaram-se interesses opostos que, em alguns momentos, exigiram negociações estratégicas e, em outros fincaram resistências que foram vencidas por quem tinha mais recursos de poder. Daí por que a LOAS deve ser considerada não como uma peça retórica intrinsecamente equivocada, elaborada, isoladamente, por um grupo de vanguarda (...) e nem mesmo como um produto meramente jurídico, elaborado, tecnicamente, por advogados e legisladores (...) uma lei que nasceu sob signo da contradição ou da tensão dialética entre interesses conflitantes. (POTYARA, 1998, p. 69).

¹⁸Fica instituído o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), órgão superior de deliberação colegiada, vinculado à estrutura do órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social, cujos membros, nomeados pelo Presidente da República, tem mandato de 2 (dois) anos, sem permitida recondução por igual período. (Lei nº 8. 742, de 07/12/93, art.17).

O texto da LOAS como bem reforça a autora, denota uma gama de divergências aparentemente veladas. As quais reaparecem e reforçam velhos ranços da Assistência Social. Tais divergências podem ser evidenciadas mediante algumas tensões entre seus princípios. Como a dubiedade entre a assistência aos incapacitados e aos aptos ao trabalho. E ainda assistência sob a forma de contrato e sob a forma de cidadania. Porém não cabe aqui elencar todos os equívocos presentes no texto da LOAS, mas estes já são necessários à reflexão no sentido de perceber os avanços e entraves que ainda pairam o campo da Assistência Social. Apesar de seu cariz de neutralidade, a Lei supracitada, evidencia um denso conflito de interesses. O que demanda “ao lado da necessária mobilização social em favor da extensão da cidadania aos pobres, o debate e o embate em torno da interpretação mais adequada da Assistência Social como direito.” (POTYARA, 1998, 74). No tocante a sua materialização, a LOAS expôs um forte “tendência à focalização, seletividade e fragmentação, comprometendo o princípio da universalidade, continuidade e sistematicidade das ações” (MOTA, 2008, p.186).

Todavia há um avanço em termos de estrutura da oferta dos serviços com a construção e normatização da PNAS (2004) (Política Nacional de Assistência Social). A PNAS promove principalmente a defesa e a atenção aos interesses e necessidades às pessoas em situação de risco e/ou vulnerabilidade social, cabendo a mesma, ações que promovam a prevenção, a proteção, a promoção e a inserção social, como também um conjunto de garantias e seguranças. A mesma é construída a fim de integrar as demais políticas sociais, considerando as peculiaridades sociais e territoriais, efetivando assim a garantia dos mínimos sociais, bem como a universalização dos direitos sociais (MDS, PNAS, 2004), e tem como órgão gestor, em âmbito nacional o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). A PNAS esboça alguns avanços no tocante a organização, a gerência e o controle da política em questão . Apesar de serem mantidos os princípios e as diretrizes da LOAS. Contudo a partir do SUAS (Sistema Único da Assistência Social) “há uma ênfase na centralidade da família nas ações socioassistenciais, diferentemente da dimensão genérica com que a LOAS considerava”. (MOTA, 2008. p. 191).

O SUAS é fruto de um acordo federativo entre as três instâncias de governo (federal, estaduais e municipais) a fim de promover uma gestão descentralizada no que toca o financiamento e monitoramento dos serviços socioassistenciais. Tendo como ponto de partida para sua implementação a Norma Operacional Básica (NOB/SUAS),

aprovada pelo CNAS - Resolução nº 130 de 15/10/05. Tem como características principais a proteção social, a defesa de direitos socioassistenciais e a vigilância social, atribuindo a política em questão uma nova lógica de organização das ações, classificadas em níveis de complexidade, considerando as peculiaridades territoriais e regionais. Viabilizando um sistema participativo e descentralizado como forma de materializar a LOAS. Com a finalidade de garantir os princípios previstos pela Política de Assistência Social, o SUAS organiza-se por modalidades de proteção social

Destarte, “a criação do SUAS pode viabilizar uma normatização, organização (no sentido de romper com a sobreposição de papéis), racionalização e padronização dos serviços prestados inclusive considerando as particularidades regionais e locais”. (MOTA, 2008, p. 190). Para tanto, o SUAS apresentam conceitos bases¹⁹ que inovam e redesenham a política pública em questão.

Outro aspecto que pode ser considerado como avanço, é a efetivação da participação popular pela via das conferências, especificamente em 2003, com a IV Conferência Nacional de Assistência Social, que aprovava a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução nº 109, de 11/11/09). A mesma consiste numa matriz padronizada das ações e dos serviços socioassistenciais, os quais foram divididos em dois níveis de complexidade. Sejam elas: a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial (média complexidade e alta complexidade). De acordo com o princípio da territorialidade, os municípios são divididos em pequeno, médio e grande porte e as metrópoles. Tais classificações estão relacionadas ao repasse de recursos públicos, bem como a exigência da criação dos Conselhos Municipais, a Gestão do Fundo e a Política Municipal de Assistência Social.

No que tange o nível da Proteção Social Básica²⁰ o equipamento de sua efetivação consiste nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), o mesmo abarca famílias em situação de risco e/ou vulnerabilidade social, tem basicamente um caráter preventivo, conforme preconiza o princípio da vigilância social. Já no âmbito da

¹⁹ Como conceito bases da organização do SUAS, tem-se a matricialidade sociofamiliar, territorialização, financiamento pelas três esferas do governo, com divisão de responsabilidades, controle social, política de recursos humanos, informação, monitoramento e avaliação. Bem como novas bases para a relação entre a sociedade civil e o Estado.

²⁰ De acordo com a Resolução nº 109, de 11/11/09, Proteção Básica oferta o Serviço de Proteção Integral à Família (PAIF), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e o Serviço de Proteção Básica no Domicílio Para Pessoas com Deficiência e Idosas.

Proteção Social Especial²¹ seja ela de média ou alta complexidade, a referência enquanto instituição são os Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS). Todavia, cabe ressaltar que enquanto a Proteção Básica atua de forma profilática, a Proteção Especial, em seus níveis, está voltada para sujeitos cujos direitos tenham sido violados e os vínculos familiares e/ou comunitários estejam fragilizados, ou seja, sujeitos emergidos em situação de vulnerabilidade social. Na tentativa de ampliar e contextualizar a defesa dos direitos sociais, que vem sendo promulgadas Leis que complementam os artigos da Carta Magna, referente a Assistência Social, dentre eles pode-se citar a LEI 12.435 de 6 de julho de 2011, a qual dispõe sobre o SUAS e altera dispositivos da LOAS no intuito de consolidar a visão de que Assistência social é direito do cidadão e faz parte das políticas públicas. Não mais está restrita ao campo da filantropia.

Deste modo, ao empreender uma reflexão acerca da atual condição da Política de Assistência Social, cabe frisar alguns de seus avanços. Como inovações na política, em questão, é crucial citar a reordenação de sua gestão, como um sistema político administrativo descentralizado e participativo, abrangendo os três níveis do governo. Foram ampliados os espaços de participação política e social nos seus tramites de gestão e deliberação da política de Assistência Social, além de colaborar para o reconhecimento das peculiaridades (culturais, naturais, históricas, dentre outras) de cada município. Abrindo cada vez mais o leque de ações articuladas às demais políticas sociais. Com esses novos rearranjos são incorporadas também à referida política, a atuação de instituições privadas e mistas, como as organizações não governamentais, as quais são integradas ao processo por proverem as necessidades voltadas à defesa dos direitos, principalmente os direitos socioassistenciais.

Tomando como base a historicidade que perpassou a construção da proteção social brasileira enquanto política pública de direito, é perceptível que foi um processo

²¹ A média complexidade compreende o Serviço de Proteção Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), o Serviço de Abordagem Social, Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos (as) e suas Famílias e o Serviço de Proteção em Situação de Rua. Já as ações da Proteção Social Especial de Alta Complexidade têm-se o Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades; abrigo institucional; Casa-Lar; Casa de Passagem e Residência Inclusiva, há também o Serviço de Acolhimento em República, Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas. (RESOLUÇÃO nº 109, de 11/11/09, Aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais).

lento e gradual, mas, que teoricamente pode ser considerando como um modelo que evidencia um novo paradigma no que tange os direitos sociais. Entretanto, faz-se necessário salientar, que mesmo com todos esses amparos legais ainda existe um déficit na efetivação de tal política, principalmente no que se refere à negligência de princípios básicos preconizados pela Lei: Universalidade; Supremacia do atendimento às necessidades sociais; Respeito à dignidade do cidadão; Igualdade de direito no acesso ao atendimento; Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos; entre outros; denotando assim, que ainda existe uma desafiante trajetória para o cumprimento do que de fato está na teoria. E no ato de interpretar essa “teoria”.

Outro aspecto que merece destaque, nesse sentido recai-se na questão da “clivagem da política social em torno de dois pólos: a *privatização* e a *assistencialização da proteção social*, instituindo ao mesmo tempo, as figuras do cidadão consumidor e do cidadão pobre, este último objeto da assistência social. (MOTA, 2008, p. 135). Tal tendência se manifesta de forma robustecida e amparada no e pelo contexto atual da acumulação flexível, apoiada nas políticas econômicas neoliberais. Cujo cenário revela que a Assistência Social tem assumido o papel de organismo articulador, em contrapartida da função do trabalho. Merecem destaque então os programas de transferência de renda, o que acaba por sucumbir o sentido do trabalho em função da renda como forma de consumo. Soma-se os poucos recursos para oferta dos serviços socioassistenciais, atrelado a ausência e/ou fragilidade das políticas de geração de emprego e renda. Sendo desfavorável para o trabalho no cenário atual. Houve um retrocesso decorrente da reestruturação no modo de produção capitalista, na década de 1990, período marcado por fragilizações no âmbito das políticas sociais. São incorporadas novas percepções referentes aos direitos e a justiça social, novas formas de alocação de recursos públicos e novos parâmetros de regulação ocasionando uma série de reformas as quais acarretaram mudanças cruciais nesse processo. Conforme já situado na primeira seção.

Assim é importante frisar que no contexto de emergência de práticas neoliberais, surgem novas configurações da questão social tais como a fragilização das relações de trabalho e o sucateamento do aparelho estatal no que tange a garantia da proteção social. Os quais resultam, dentre outros fatores, em ações e/ou posturas que tendem a retroceder às práticas filantrópicas em uma nova roupagem que torna cada vez mais tênue o princípio da universalidade dos direitos sociais. O contexto vigente,

(...) construiu para a Assistência Social um perfil ainda longe proposto pela LOAS, perfil desarticulado que colocou em evidência um caráter seletivo, focalista e fragmentador para as suas intervenções com medidas assistenciais meramente compensatórias face aos efeitos dos ajustes estruturais da economia.(YAZBEK, 2006. p. 12).

Nessa conjuntura há um difícil processo de ruptura com os traços assistencialistas que ainda pairam o campo da Assistência Social. Há um retrocesso na década de 1990²², ainda que de forma mascarada, às práticas pautadas na filantropia e no voluntariado, as quais ainda persistem existir, descaracterizando e depreciando todo um contexto de lutas pela conquista dos marcos legais que norteiam a política supracitada. Insistem ainda os resquícios da cultura moralista, a qual culpabiliza o indivíduo por sua precária condição econômica e social. Desconsiderando assim, que vários são os determinantes estruturais que compõem a totalidade da vida social, os quais se pulverizam a partir de mediações e incidem negativamente sobre a massa já destituída da riqueza socialmente produzida. Nesse sentido,

[...] é ambígua, utiliza a ajuda para obter subserviência, serve á acomodação de interesses de classe e é compatível com o caráter obsoleto e “atrasado” dos aparelhos do Estado no desenvolvimento de ações que, no limite, reproduzem a desigualdade social brasileira. (YASBEK, 2006, p.21)

Contudo, foram imprescindíveis os avanços conquistados no que toca a política social referida, no entanto, a mesma ainda necessita romper com diversos paradoxos e retrocessos a fim de atingir uma posição de consolidação com vistas ao fomento das potencialidades humanas, consubstanciadas na materialização e/ou viabilização dos direitos sociais.

²²Essa lógica que subordinou políticas sociais ao ajustes econômicos e às regras de mercado moldou para a Assistência Social brasileira na esfera pública estatal um perfil focalizado, despolitizado, privatizado e refilantropizado como bem atestou o Programa Comunidade Solidária e seus desdobramentos colocando em questão direita constitucionalmente afiançada. E como parecem atestar na atualidade as alternativas que se desenham para a questão social brasileira, como é possível constatar, por exemplos em propostas do Ministério da Assistência Social, no Programa Fome Zero que não rompem (até o momento) com a ótica seletiva e emergencial, com o desenvolvimento de ações focalizadas, de caráter paliativo, assistencialista e sem inovações. (YASBEK, 2006:25)

Nesse limiar cabe situar, então, o trabalho do (a) assistente social frente aos desafios postos na atualidade. A fim de problematizar o exercício profissional no âmbito das ações socioassistenciais em seus desafios e entraves.

2.2 O trabalho do (a) assistente social na política de Assistência Social: Parâmetros de atuação frente às exigências recentes.

Para discutir o trabalho do (a) assistente social no âmbito da Política de Assistência Social, frente às novas exigências contemporâneas. É necessário situar preliminarmente alguns dispositivos, os quais são balizadores do exercício profissional, como o Código de Ética Profissional, a Lei de Regulamentação (8662/93) da profissão, e a Resolução CFESS 493/06. Bem como os normativos da política em questão.

Destarte os dispositivos balizadores, citados anteriormente, têm como desígnio a demarcação de procedimentos e estratégias no exercício laborativo dos assistentes sociais, no uso de suas atribuições e competências²³. Para tanto cabe salientar que os órgãos e/ou entidades gestoras, não definem os procedimentos de rotina da prática profissional. Esse espaço recai totalmente sob a capacidade interventiva, propositiva e criativa do profissional, segundo o princípio da autonomia, em conformidade com as atribuições privativas citadas na Lei 8662/93. As atribuições e competências do profissional de Serviço Social, nos mais variados espaços sócio-ocupacionais devem ser orientadas pelo Código de Ética e pela Lei de Regulamentação.

Seus direitos e deveres devem ser respeitados tanto pelos demais profissionais quanto pela instituição. Alguns dos direitos dos (as) Assistentes Sociais são sucintamente, as garantias da defesa de suas atribuições; o livre exercício das atividades inerentes à profissão; elaboração e gerenciamento das políticas sociais, bem como a formulação de programas sociais; inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentações, garantindo o sigilo profissional; desagravo público por ofensa que atinja sua honra profissional; aprimoramento profissional de forma contínua;

²³ “(...) no que concerne às competências e atribuições privativas do assistente social, (...) as atribuições referentes às funções privativas, isto é, suas prerrogativas exclusivas, enquanto as competências expressam capacidade para apreciar ou dar resolutividade a determinado assunto, não sendo exclusivas de uma única especialidade profissional, mas a ela concernentes em função da capacitação dos sujeitos profissionais. ”(IAMAMOTO, 2002, p. 16).

pronunciamento em matéria de sua especialidade; ampla autonomia no exercício da profissão; liberdade na realização de seus estudos e pesquisas. (Código de Ética do Assistente Social, 1993).

Por deveres profissionais entende-se, o desempenho de suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a Legislação em vigor; utilizar o número do registro do Conselho Regional da Profissão; abster-se do que caracteriza a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes; e participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses (Código de Ética do Assistente Social, 1993).

A atuação profissional deve estar ancorada numa perspectiva de totalidade, para assim identificar os elementos culturais, sociais e econômicos que engendram as expressões da questão social. Tal atuação norteadas por uma perspectiva crítica, demanda do profissional a habilidade de agregar um leque de instrumentais, como a leitura crítica da realidade, da reprodução das relações sociais, identificando possibilidades no âmbito do Estado bem como da sociedade civil, reconhecer e fortalecer os espaços de lutas e organizações da classe trabalhadora no que toca a defesa de seus direitos, formular em conjunto, as estratégias e/ou técnicas com vistas a modificação da realidade, pressionando o poder público no sentido de angariar recursos seja eles materiais, humanos e técnicos voltados a defesa e a ampliação dos direitos sociais.

Desta forma há algumas especificidades no que toca as competências profissionais no âmbito da política de Assistência Social, dentre as quais se destacam,

1. uma dimensão que engloba as abordagens individuais, familiares ou grupais na perspectiva de atendimento às necessidades básicas e acesso aos direitos, bens e equipamentos públicos. Essa dimensão não deve se orientar pelo atendimento psicoterapêutico a indivíduos e famílias (próprio da Psicologia), mas sim à potencialização da orientação social, com vistas à ampliação do acesso dos indivíduos e da coletividade aos direitos sociais;
2. uma dimensão de intervenção coletiva junto a movimentos sociais, na perspectiva da socialização da informação, mobilização e organização popular, que tem como fundamento o reconhecimento e fortalecimento da classe trabalhadora como sujeito coletivo na luta pela ampliação dos direitos e responsabilização estatal;
3. uma dimensão de intervenção profissional voltada para inserção nos espaços democráticos de controle social e construção de estratégias para fomentar a participação, reivindicação e defesa dos direitos

pelos/ as usuários/as e trabalhadores/as nos Conselhos, Conferências e Fóruns da Assistência Social e de outras políticas públicas; 4. uma dimensão de gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços a indivíduos, famílias, grupos e coletividade, na perspectiva de fortalecimento da gestão democrática e participativa, capaz de produzir, intersetorial e interdisciplinarmente, propostas que viabilizem e potencializem a gestão em favor dos/as cidadãos/ãs; 5. uma dimensão que se materializa na realização sistemática de estudos e pesquisas que revelem as reais condições de vida e demandas da classe trabalhadora, e possam alimentar o processo de formulação, implementação e monitoramento da política de Assistência Social; 6. Uma dimensão pedagógico-interpretativa e socializadora de informações e saberes no campo dos direitos, da legislação social e das políticas públicas, dirigida aos/às diversos/as atores/atrizes e sujeitos da política: os/as gestores/as públicos/as, dirigentes de entidades prestadoras de serviços, trabalhadores/as, conselheiros/as e usuários/as. (CARTILHA, CFESS, 2011)

Estas variadas dimensões e competências retroalimentam as estratégias e/ou procedimentos relativos às ações socioassistenciais, os quais consistem basicamente na realização de pesquisa referentes às condições de vida da população, no sentido de identificar as principais situações de risco e/ou vulnerabilidade social, com a finalidade de subsidiar a formulação de planos no âmbito da Assistência Social; na elaboração, execução e avaliação de planos municipais, estaduais e o nacional. Buscando uma conexão com as demais políticas públicas, com destaque para as políticas de previdência social e saúde, que juntamente com a Assistência Social compõe o tripé da Seguridade Social, bem como a defesa e formulação do orçamento público necessário à implementação do plano da política em questão; a orientação aos usuários acerca da necessidade e importância da participação em movimentos sociais. No planejamento, organização e acompanhamento dos recursos voltados aos benefícios e serviços socioassistenciais ofertados pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e pelo Centro de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS), a realização de estudos com a equipe dos CRAS e CREAS, no sentido de analisar a realidade com vistas ao planejamento coletivo das ações, o que afirma a necessidade do trabalho multiprofissional.

Dentre as quais se destacam também: a contribuição que o (a) assistente social pode imprimir no sentido de viabilizar e fomentar a participação dos usuários no que tange a elaboração e avaliação do plano da Assistência Social, na prestação de

assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas, movimentos sociais, no que toca assuntos relativos à Assistência Social bem como o acesso aos direitos sociais; fomentar a organização coletiva dos (as) usuários e trabalhadores (as) a fim de constituírem entidades representativas; organizar espaços coletivos com vistas à socialização de informações referentes aos direitos socioassistenciais e dever do Estado em garantir a implementação dos mesmos. Nesse limiar cabe destacar a questão da intensa burocratização e fiscalização que impactam na viabilização dos direitos sociais, na medida em que penetra na rotina do trabalho. Desta forma,

Esse *ethos* da burocracia impregna também a atuação dos profissionais de Serviço Social. A reiteração de procedimentos profissionais rotineiros e burocráticos na relação com os sujeitos pode resultar na invasão de um estranho no seu ambiente privado, muitas vezes aliado a uma atitude de tolerância com a violência que tem lugar nos aparatos burocráticos do Estado. (IAMAMOTO,2009 , p.18).

Desta forma é relevante buscar mecanismos e/ou estratégias que possam desburocratizar as relações com os sujeitos no ambiente de trabalho na perspectiva da garantia dos direitos e da qualidade dos serviços e do atendimento.

Retomando os procedimentos realizados pelo profissional em questão, este também pode assessorar os movimentos sociais, na perspectiva de identificar demandas e formular estratégias para o acesso aos direitos sociais. Entretanto essa dimensão do exercício profissional, pode ser vislumbrada como um horizonte e não enquanto uma ação cotidiana, tendo em vista a sobrecarga de demandas. O mesmo também realiza visitas domiciliares, perícias técnicas, pareceres acerca do acesso e da implementação da política em questão, realiza estudos socioeconômicos, organiza os procedimentos de atendimento individuais e/ou coletivos nos CRAS, pode também atuar na coordenação e/ou direção nos CRAS, CREAS e Secretarias de Assistência Social, atua no fortalecimento da execução direta dos serviços socioassistenciais, nos níveis municipais, estaduais e o nacional. Compete ao profissional de serviço social, realizar estudos e compor o cadastro atualizado de entidades como organizações não governamentais (ONGs), prestar assessoria e supervisão às estas entidades, as quais atuam em parceria com a rede socioassistencial; fazer parte dos Conselhos municipais, estaduais e nacional de Assistência Social, como conselheiro (a), secretario (a) executivo (a).

O mesmo também presta assessoria aos conselhos, no sentido fortalecer o controle democrático e a participação dos (as) usuários (as) e trabalhadores (as), organiza e coordena eventos para discutir e formular estratégias para a operacionalização da política em questão. Cabe enfatizar nesse processo a correlações de força, de poder que impactam o exercício do controle e da participação social. Nesse sentido o assistente social deve cunhar seu caráter de mediador, afim de atenuar e “manobrar” os interesses em questão. O mesmo também organiza e coordena conferências municipais, estaduais e nacional, dentre outros eventos, elabora projetos coletivos e individuais a fim de fortalecer o protagonismo dos (as) usuários (as); aciona a rede de garantia de direitos, com vistas a mediar seu acesso dos(as) usuários(as), supervisiona de forma sistemática os/as estagiários/as de Serviço Social.

Para materializar as ações profissionais mediante as competências já evidenciadas, o assistente social precisa lançar mão de instrumentais adequados à cada intervenção. O assistente social compõe o arsenal técnico-operativo, de acordo com as peculiaridades que emergem das demandas, que lhes são postas. Nesse sentido a utilização destes dos instrumentais e das técnicas devem está em consonância com o referencial teórico-metodológico, com os objetivos e os princípios da política pública em questão.

Entretanto, o trabalho profissional no âmbito da Assistência Social denota diversos desafios na contemporaneidade. Cabe destacar algumas tendências, a primeira delas consiste nos atendimentos emergenciais, pautados numa atuação imediatista. Muito recorrente nos CRAS, tal tendência mascara-o e imprime o sentido de órgão burocrático, cujos serviços se limitam ao registro e ao controle das famílias, numa perspectiva de fiscalização e não de acompanhamento. Outra tendência recai na relação entre público e privado, ou seja, no repasse de recursos e na execução dos serviços, respectivamente. Essa relação acaba por imprimir no (a) assistente social uma figura de fiscalizador das ações realizadas no âmbito privado, caracterizado principalmente pelas ONGs. Sobrepondo, assim sua capacidade de formular, gerir, dentre outras atribuições, no que toca a política em questão.

Com isso, convém frisar que no campo da dinamicidade das relações sociais gestadas no modo de produção capitalista em sua historicidade. A apreciação no tocante aos desafios e entraves no exercício profissional se faz necessária na discussão aqui proposta. Desafios, os quais são intrínsecos ao processo de formação e/ou consolidação da profissão. Que se coadunam com as mutações da dialética capitalista, e

denota impactos no exercício profissional, sejam eles inerentes à profissão, sejam oriundos das transformações societárias recentes. Estes podem ser atribuídos a história recente da profissão.

Trazendo a necessidade de repensar o serviço social, no sentido de perceber, apesar de uma hegemonia da direção marxista, as tendências conservadoras e tradicionalistas presentes no fazer profissional. Desta forma, na tentativa de evidenciar alguns nós presentes na profissão, é válido situar brevemente, a tentativa de renovação conceitual, essencialmente na América Latina, nas décadas de 1960 e 1970, assim

o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, a partir da perspectiva hegemônica, no contexto da América Latina, impõe aos assistentes sociais a necessidade de ruptura com o caráter conservador que deu origem à profissão, calcado no atrelamento às demandas e interesses institucionais, e coloca como exigência a necessidade de construção de uma nova proposta de ação profissional, tendo em vista as demandas e os interesses dos setores populares que constituem, majoritariamente, a clientela do Serviço Social. A construção dessa nova proposta supõe todo um processo de discussão e revisão crítica, em nível teórico-metodológico, no sentido de fomentar uma ação articulada com as lutas dos segmentos populares, tendo como perspectiva a transformação social. (SILVA, 2007, p. 72).

O Movimento de Reconceituação²⁴ refletiu diversos paradoxos, nos quais algumas tendências se divergiram. E adequaram à realidade social de cada país, o movimento consistiu em um amplo processo de construção de propostas ao fazer profissional. Como reforça NETTO (2007, p.146), “configurando três direções assumidas nesse processo: perspectiva modernizadora (conservadora); atualização do conservadorismo (perspectiva fenomenológica) e intenção de ruptura (perspectiva marxista)”.

Entretanto não cabe aqui esmiuçá-las, mas é importante chamar a atenção para a perspectiva de intenção de ruptura, tendo em vista a sua aproximação com o referencial teórico marxista, já que a mesma consiste numa perspectiva hegemônica dentro a categoria profissional. Todavia, a intenção de ruptura deparou-se com a estranheza e/ou relutância de muitos profissionais, o que denotou algumas interpretações equivocadas

²⁴ “Ver NETTO, José Paulo, 1947- **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do serviço social no Brasil pós-64**/ José Paulo Netto – 9. Ed. – São Paulo: Cortez, 2006. In.: SILVA, Ozanira Silva e. **O Serviço Social e o Popular**. 2ª Ed. São Paulo, Cortez, 1993.

no tocante ao método crítico dialético e sua apropriação como método de análise da realidade e acerca da leitura marxiana no que toca o modo de produção capitalista. Soma-se a essas interpretações equivocadas o fenômeno do ecletismo que desaprecia e descaracteriza o ideário marxiano. Destarte,

(...) se verifica a reprodução de interpretações equivocadas e muita dificuldade na distinção das diferentes correntes e matizes, reduzindo o vasto campo da tradição marxista a uma perspectiva monolítica, cristalizada e limitada, incapaz de situar, com clareza, a leitura que essas fontes secundárias fazem de Marx e dos marxistas contemporâneos, reinterpretados e sem articulação com a totalidade e com a realidade social. (SILVA, 2007, p. 222).

Tais fragilidades se revelam no âmbito da ação profissional de muitos assistentes sociais, seja pela fragmentação em relação à interpretação das categorias e elementos teóricos, bem como do método crítico dialético. Resultando em ações, posturas e análises descontextualizadas, frágeis e mantenedoras do status quo. Ao passo que efetivam intervenções tradicionais veladas pelo discurso da transformação social. Nesse contexto duas tendências emergem e merecem apreciação, como o fatalismo e o messianismo ²⁵. Tais tendências oscilam e exprimem, respectivamente, “o reconhecimento da existência de conflitos e tensões sociais; e (...), a impossibilidade de enfrentá-los com os próprios meios oferecidos pelo desenvolvimento histórico” (IAMAMOTO, 2007, p. 113).

Superar essas tendências perpassa pelo desvelamento da realidade social, mediante uma precisa apropriação do método em questão, na tentativa de articulação entre a categoria da teoria e da categoria da prática. Deste modo

(...) a questão central é a desarticulação teoria/realidade, em termos de resgate segmentado e em nível de abstração incapaz

²⁵ “(...) o fatalismo, inspirado em análises que naturalizam a vida social, traduzido numa visão “perversa” da profissão. Com a ordem do capital é tida como natural e perene, apesar das desigualdades evidentes, o Serviço Social encontrar-se-ia atrelado às malhas de um poder tido como monolítico, nada lhe restando a fazer. No máximo caberia a ele aperfeiçoar formal e burocraticamente as tarefas atribuídas aos quadros profissionais pelos demandantes da profissão; (...) o messianismo (...), que privilegia as intenções, os propósitos do sujeito profissional individual, num voluntarismo marcante, o que não dá conta do desvendamento do movimento social e das determinações que a prática profissional incorpora nesse mesmo movimento, (...) uma visão “heróica”, ingênua, das possibilidades revolucionárias da prática profissional, a partir de uma visão mágica da transformação social. (IAMAMOTO, 2007, p. 115-116).

de captar o específico da formação econômico-social. Essa debilidade, ao marcar a produção do Serviço Social na década de 80, dificulta maiores avanços na construção teórico-metodológica para pensar concretamente o Serviço Social na realidade brasileira. Percebemos essa deficiência fortemente presente (...) na década de 80 e na de 90. Isso coloca, como desafio e exigência do trabalho a construção teórica, a partir do campo marxista, a busca de mediações analíticas capazes de dar conta da complexidade dos fenômenos sociais com os quais nos deparamos no cotidiano de nossa prática profissional. (SILVA, 2007, p. 223).

Essa lacuna que há entre teoria e prática tende a reforçar algumas concepções deturpadas. Como bem evidencia SANTOS, 2010. As quais surgem mediante posturas equivocadas no que tocante a postura profissional na relação entre teoria e prática. São três as concepções, as quais emergem no campo do trabalho e se apresentam a partir de alguns ditos. O primeiro deles consiste em

teoria se transforma em prática”, ou seja, espera-se que uma teoria, que tem por orientação a ruptura com o referencial teórico conservador, ofereça de imediato, uma prática de ruptura com a ordem conservadora. A associação é direta: teoria de ruptura igual à prática de ruptura. Como essa transposição não é verdadeira, afirma-se “*na prática a teoria é outra*”. O segundo entendimento vai na contramão do primeiro. Defende-se que a prática fala por si só, ou seja, a ação prática oferece, também de imediato, a teoria, a qual seria, portanto, apenas a sistematização da prática. Com isso, consagra-se a afirmativa na *prática a teoria é outra*, mas não de forma “acusativa” e sim num tom de “conformação”, em que a prática seria mais importante que a teoria. Em ambas as assertivas, há redução não só dos tipos de conhecimento a um único- o teórico, conhecimento seria sinônimo de conhecimento teórico -, mas também entre prática social e prática profissional- prática profissional é igual à prática social. O terceiro entendimento (...) é o de que *a teoria social de Marx não instrumentaliza para a ação*. Tal afirmativa quer denunciar, igualmente, que a teoria não está se transformando em prática, todavia destina-se diretamente a uma particular direção teórica, a teoria social de Marx: a teoria crítica não está se transformando em prática crítica. Ao se direcionar essa afirmativa a uma prática profissional, no caso à prática profissional do Serviço Social, a queixa é de que *a teoria de ruptura não está se transformando em uma prática de ruptura*, o que mais uma vez justificaria a antiga idéia que *na prática a teoria é outra*. (SANTOS, 2010, p. 13-14).

Essas concepções e/ou entendimentos denotam uma parca compreensão e apropriação do referencial teórico marxista e do método crítico dialético, o que acaba

gerando compreensões deturpadas sobre teoria e prática. Diante de tais equívocos, a autora reforça ainda acerca das posições antagônicas no seio da formação profissional, as quais três são destacadas. A primeira delas é o *tecnicismo* (reduz-se a formação ao aparato técnico-operativo) a segunda posição diz respeito ao *teoricismo* (há a preocupação de não reduzir o ensino da prática ao como fazer, dando ênfase à dimensão teórica). Já a terceira posição consiste em situar os instrumentos de forma articulada entendendo-os como um dos elementos que compõem a dimensão técnico-operativo do Serviço Social. Numa relação de unidade na diversidade entre as dimensões da ação interventiva (as dimensões teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo)

Tal apropriação equivocada, do materialismo histórico dialético, gera uma imprecisão e/ou confusão de conceitos e concepções no que toca a relação teoria e prática. Reforçando mitos, como a assertiva que teoria se transforma de imediato na prática, que a mesma por si só oferece os procedimentos para a ação, de forma imediata, sendo desta forma comparada à formação acadêmica. Já a prática é tida como sinônimo de técnica e de instrumentos, sendo esta reduzida à prática profissional e comparada ao mercado de trabalho.

O enfrentamento desses equívocos situa-se no sentido de apropriar-se do método dialético, numa perspectiva, na qual almejava e ainda se faz necessária, a perspectiva de intenção de ruptura. Desta forma, teoria e prática mantêm uma relação de unidade na diversidade. O que significa dizer que entre ambas há uma relação intrínseca, seja no plano do pensamento, seja no plano da materialidade. Conduzir do pensamento à materialidade requer um campo de “mediações objetivas e subjetivas que se relacionam” (SANTOS, 2010, p.5). Destarte a teoria é uma reprodução abstrata do real, a teoria parte da prática e retorna a ela recriando-a. Segundo Santos, (2010, p.54) “o âmbito da prática é o da efetividade da ação sobre o mundo e o âmbito da teoria é o de criar finalidades ou resultados ideais à ação. A teoria possibilita a ação, uma vez que aponta as tendências nela presentes”. Nesse sentido é possível empreender que a teoria não resulta da prática como também os instrumentos e as técnicas não emergem da teoria.

Porém é crucial ressaltar que unidade difere de identidade. Sendo necessário atribuir unidade às dimensões teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, e compreender que as técnicas e os instrumentos evoluem o “por que fazer”, “para que fazer”, o “por que fazer” e ainda o “como fazer”. O exercício profissional do (a) assistente social exige conhecimentos que transcendem o nível teórico e atingem o que a

autora chama de conhecimento procedimental. O qual pode ser compreendido enquanto aquele tipo de conhecimento engendrado na escolha e no manuseio bem como na materialização dos instrumentais e das técnicas adequados às demandas postas no cotidiano da prática profissional.

Nesse limiar é necessário chamar atenção para a importância do debate entorno das formação profissional e do exercício profissional no dias atuais, com destaque para as diretrizes curriculares. Que apontam a superação da “(...) fragmentação e a pulverização dos conteúdos desdobrados em áreas de conhecimento, a partir de uma compreensão da totalidade histórica”. (ABRAMIDES, 2006. p. 78). O debate qualificado faz-se necessário, principalmente pelo fato das reestruturações do capital denotarem rebatimentos no mercado de trabalho e nas políticas sociais. Como a educação, que vem sendo fortemente sucateada e mercantilhizada, o que acaba por interferir na formação.

Para tanto investir na qualificação profissional perpassa pela compreensão acerca da importância de conhecer o real, o qual deva ser reproduzido no plano da abstração (do pensamento) e retorne como concreto pensado. Assim não pode haver conhecimento sem sujeito, mas pode haver objeto sem sujeito. O concreto consiste na síntese de muitas determinações, e expressa a condição histórica como produto da ação prática dos homens. Conhecer o real significa ir além do imediato, da aparência dos fenômenos. Adentrar no real, através do pensamento significa emergir numa amplitude de relações, de categorias ontológicas²⁶, como a particularidades, captadas numa totalidade, o que não pode ser confundida com a totalidade do real (do mundo). Nesse sentido (SANTOS, 2010) à luz do referencial marxista denota duas fases, as quais são imprescindíveis para desvelar a aparência inerente à realidade social, especificamente das problemáticas, as quais o usuário apresenta no âmbito das ações socioassistenciais. Sejam elas o *caminho de ida* e o *caminho de volta*. No primeiro, há o contato com as várias determinações, com a aparência dos fenômenos, ou seja, o nível da singularidade, na qual emergem as imediatas expressões da questão social. Já apreendido o nível da

²⁶ “São formas de ser do ser social, determinações de existência (Marx). Podem ser de dois tipos: ontológicas e lógicas (intelectivas). As primeiras são formas de ser e estão presentes no real; as segundas são criações da razão para representar o mundo, podem existir no real ou não. As categorias ontológicas podem ser simples ou complexas. As simples são formas de ser históricas que possuem baixa complexidade, ou seja poucas determinações, típicas das sociedades primitivas; as complexas possuem um alto grau de determinações, típicas das sociedades modernas. (PONTES, 2000, p. 38)

singularidade, o caminho de volta se faz relevante uma vez que, mediante a compreensão da aparência (do concreto real), ao elevar tal apreensão ao nível do pensamento (o concreto-abstrato) agora é perceptível as conexões e as contradições presentes, as quais relevam a particularidade, até então velada, e sua conexão com a totalidade e universalidade. Desta forma “ (...) no movimento dialético do universal ao particular e vice-versa, devemos observar que o meio mediador (a particularidade) (...) é sim, em certa medida um campo de mediações(...) (PONTES, 2000, p. 47, apud, FALEIROS, 1978, p.113). É nesse campo de mediações que se relacionam e se entrecruzam as categorias já mencionadas, bem como outros sistemas de mediações, o que

(...) significa que as leis tendenciais, que são capturadas pela relação na esfera da universalidade, tais como as leis de mercado, relações políticas de dominação etc., como que tomassem vida, se objetivassem e se tornassem presentes na realidade da vida singular das relações sociais cotidianas, desingularizando-as e tornando aquilo que era universal em particular, sem perder seu caráter de universalidade nem tampouco sua dimensão de singularidade. (PONTES, 2000, p. 47).

É nesse limiar que a categoria da mediação denota sua contribuição à ação interventiva do (a) assistente social no tocante ao desvelamento das demandas postas no cotidiano da prática profissional. As aproximações sucessivas ao real, a fim de conhecer-lo são cruciais para ultrapassar a barreira empírica do fenômeno e assim enxergar suas interconexões, como os níveis de complexidade denominados de singularidade, particularidade e universalidade. Portanto “(...) o elemento que merece destaque é a necessidade do domínio da facticidade, ou seja, do conhecimento empírico do real; condição de sua ultrapassagem.” (PONTES, 2000, p.45).

Tal categoria da mediação demanda do (a) assistente social uma perene postura investigativa. Este é o profissional que a contemporaneidade exige, aquele cuja postura seja de apreender as mediações, com sua capacidade crítica e interventiva, cuja análise da realidade esteja ancorada numa perspectiva de totalidade, para assim empreender uma ação mais contundente possível com as demandas postas na imediaticidade da sociabilidade contemporânea.

A postura investigativa aliada à ação interventiva, consente a apreensão dos determinantes sócio-históricos das problemáticas sociais, dando margem à novas formas de intervenção, novos conhecimentos, novas relações. Assim “possibilitará ainda a construção de um marco teórico representativo de intervenção, abrindo caminhos estratégicos viabilizadores da transformação social”. (BATTINI, 2009, p.73) bem como propiciará uma instrumentalização cada vez contundente com as demandas. Entretanto a imediatividade dos fatos pode encobrir a dimensão investigativa, cujas possibilidades de apreensão das categorias de análise da realidade são ínfimas. Retomar a relação de unidade entre teoria e prática, aliada às dimensões teórico–metodológico, ético-político e técnico-operativo é imprescindível para ultrapassar a característica imediata dos fenômenos. Destarte, “os assistentes sociais atuam no cotidiano em uma complexa realidade, premidos pelo aprofundamento das desigualdades sociais e os poucos investimentos no âmbito das políticas públicas. A imediatividade impõe-se nesse cotidiano”. (COELHO, 2013, p.90).

Em face das elucidações, soma-se às exigências postas ao assistente social, no que tange as novas configurações do mercado de trabalho, no contexto de transformações societárias, com evidência a primeira seção deste estudo. No atual contexto das relações flexíveis de produção, calcados na precariedade das relações de trabalho. Novas exigências são impostas ao assistente social dada a dinâmica contraditória da atual conjuntura. Nesse sentido,

(...) o que determina o cotidiano das ações profissionais são as condições e relações sociais que circunscrevem esse trabalho. Elas interferem no seu direcionamento, nas atribuições delegadas, nos recursos autorizados, entre outras dimensões, cuja força decorre das relações de poder econômico e político que repercutem no próprio conteúdo e a qualidade do trabalho realizado. Soma-se a isso a interferência dos requisitos de produtividade, eficiência, as pressões dos prazos e das rotinas a serem observadas, embora os agentes profissionais possam nelas interferir em razão de sua competência e da força política que disponham. Refratam ainda, de maneira ponderável, na possibilidade de ampliação da relativa autonomia do assistente social as pressões de parte dos cidadãos por direitos e serviços correspondentes e as lutas coletivas empreendidas pelo controle democrático das ações do Estado e, em particular, das políticas sociais públicas. (IAMAMOTO, 2007, p. 424).

Compreendendo as ações profissionais enquanto frutos do processo dinâmico da história e das relações sociais. As práticas sociais tem implicações diretas nas transformações relativa à organização, a gestão e a força de trabalho. Através de mediações de caráter histórico e teórico reconstruem a dinâmica cotidiana, a qual demanda novas exigências aos profissionais situados na divisão social e técnica do trabalho, as quais reforçam basicamente a exploração e o controle da força de trabalho. Desse contexto o assistente social, não é alheio, já que suas atribuições estão relacionadas à intervenção nas expressões da questão social, mediante os aparelhos institucionais. Para tanto análise da realidade, peculiaridade da ação profissional, supõe relacionar estas mudanças no sentido macro das relações de produção e conseqüentemente da reprodução social. Destarte,

(...) está em curso um profundo reordenamento econômico, político e social da sociedade contemporânea, cuja expressão mais significativa é a reestruturação produtiva com implicações na esfera da produção (por meio da introdução de novas tecnologias, de novas formas de organização da gestão do trabalho) e no âmbito político-ideológico e institucional, que implicou mudanças no papel do Estado e desregulamentação e flexibilização dos direitos do trabalho. O conjunto de mudanças no padrão de respostas à questão social implicou no reordenamento do espaço socioprofissional, à medida que reconfigura significativamente o campo das políticas sociais, mediante as tendências de privatização, mercantilização e refilantropização (...) (ALMEIDA, 2011, p. 104).

Estas transformações impactam diretamente no mercado de trabalho, conforme denota a primeira seção deste estudo. Sobretudo evidencia rebatimentos e novas exigências ao exercício profissional do assistente social, em especial na política de Assistência Social. Nesse sentido, o mesmo vislumbra novas exigências e/ou requisições, como a competência voltada para a formulação de planos, programas, projetos, dentre outros. Bem como na gestão e na avaliação. “Pode-se destacar o caráter interdisciplinar e intersetorial do trabalho profissional” (ALMEIDA, 2011, p. 112). Para tanto não se pode perder de vista os paradoxos e as ambigüidades que a Assistência Social ainda detêm. Tendo em vista os escassos recursos públicos²⁷ e a dinamicidade histórica neoliberal, tão antagônica aos direitos sociais.

²⁷ “continuamos com um orçamento da Seguridade Social que oscila entre 10% a 11% do PIB, com um crescimento que vem sendo apenas vegetativo, ainda que a Assistência Social tenha sido a política em que houve o maior

Portanto, diante das transformações no mercado de trabalho, o exercício profissional sofre interferências, seja nas suas atribuições e requisições. Bem como nas condições e relações de trabalho tragadas pelos processos de precarização. Tal cenário denota uma forte predisposição ao retrocesso de práticas tradicionais e/ou conservadoras. Tais práticas encontram terreno fértil numa parca compreensão da realidade e de uma superficial apropriação do referencial teórico hegemônico da profissão, frentes as contradições inerentes as políticas, enquanto espaços sócio-ocupacionais. Intensificando ainda mais a conflito entre o projeto profissional e a lógica destrutiva do capital ²⁸.

Para evidenciar as condições de trabalho do (a) assistente social in lócus, o qual consistiu na empreitada principal deste estudo. As linhas posteriores elucidam as peculiaridades da política de assistência social no município de Cruz das Almas- BA. Enfocando, essencialmente, no tocante as condições de trabalho em os profissionais de Serviço Social deste espaço estão submetidos.

3 PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO X VIABILIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIOASSISTENCIAIS: a realidade do exercício profissional no município de Cruz das Almas - BA.

Não aceiteis o que é hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural nada deve parecer impossível de mudar!
Bertold Brecht

crescimento da alocação de recursos especialmente relacionados à transferência de renda: o Bolsa Família, o BPC (...). Observa-se, porém, o baixo investimento exatamente naquela que é a maior inovação nesse campo: a constituição do SUAS. Ou seja, não há recursos suficientes para a aplicação na rede de serviços, construindo equipamentos, estruturados e de qualidade, referenciados nos planos municipais e nos territórios, assegurando condições de trabalho aos trabalhadores/as da Assistência Social, sigilo no atendimento, autonomia profissional nos procedimentos técnicos, indo além do plantão e , de preferência com salários dignos. (BEHRING, 2011, p. 89, APUD, ALMEIDA, 2011, p. 113).”

²⁸ Ver MÉSZÁROS, István. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

Diante das reflexões acerca das transformações societárias e seus impactos no mercado de trabalho, bem como as novas exigências impostas ao exercício profissional do (a) assistente social, em especial na política de Assistência Social. Cabe então evidenciar acerca das condições de trabalho dos assistentes sociais alocados nos equipamentos da política de Assistência Social do município de Cruz das Almas – BA. Tendo em vista que o mesmo consistiu no objeto de investigação da pesquisa em questão. Para tanto, faz-se necessário, preliminarmente, evidenciar acerca dos desdobramentos no mercado de trabalho do Serviço Social, especialmente no Recôncavo da Bahia ²⁹.

Destarte o mercado de trabalho do Serviço Social, na região supracitada, não está alheio aos efeitos causados pela reestruturação produtiva do capital e conseqüentemente das transformações societárias. Sendo que o setor estatal absorve a maior parcela destes profissionais, assim “[...] o assistente social, no Brasil, é majoritariamente um funcionário público” (IAMAMOTO, 2009, p.345). Atuando principalmente na execução, formulação, no planejamento, monitoramento e avaliação de políticas, programas, projetos, nas principais políticas sociais, como componentes da seguridade social como a saúde, assistência social e previdência.

Cenário, pelo qual vem sendo fortemente atingido pelos efeitos da reestruturação do capital, mediante as políticas de ajuste neoliberal com forte tendência de fragmentação e focalização das políticas sociais em detrimento das políticas econômicas. Por conseqüência da “reestruturação produtiva [...] conduzida em combinação com o ajuste neoliberal, o qual implica a desregulamentação de direitos, no corte dos gastos sociais [...]” (BEHRING, 2008, p.37). Nesse limiar os profissionais de serviço social são atingidos pelos processos de precarização das relações e condições de trabalho.

Para tanto, as reflexões desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa de Trabalho e Serviço Social da UFRB ³⁰, são pertinentes, uma vez que denotam que as condições

²⁹ Geograficamente, o Recôncavo inclui a Região Metropolitana de Salvador, onde está a capital do estado da Bahia, Salvador e outras cidades circundantes à Baía de Todos os Santos, entre elas, as de maior representatividade histórica e econômica são: Santo Antônio de Jesus, Candeias, São Francisco do Conde, Madre de Deus, Santo Amaro, Cachoeira, São Félix, Maragojipe e Cruz das Almas. Entretanto, o termo Recôncavo é constantemente utilizado para referir-se às cidades próximas à Baía de Todos os Santos, limitando-se ao interior, ou seja, excetuando-se a capital do estado, Salvador.

³⁰ Grupo de pesquisa desenvolvido nas disciplinas Processo de Trabalho e Serviço Social I e II, sob coordenação da Professora Msc Albany Mendonça Silva. O grupo vinculado à Universidade Federal do

salariais dos (as) assistentes sociais do Recôncavo encontram-se em torno de três a cinco salários mínimos, cujo mais baixos concentra-se na política pública de Assistência Social, há uma forte incidência de contratação temporária, com diminuição de concursos públicos. Nesse contexto tais profissionais se submetem à vários vínculos empregatícios, como os contratos temporários. Tal situação acaba por gerar o acúmulo de várias ocupações em diversos municípios circunvizinhos, enquanto estratégia de sobrevivência, entretanto acaba por impactar na qualidade do serviço prestado.

Dentre as principais atividades realizadas destacam-se as relacionadas à execução de programas e/ou projetos, apesar de atuarem também no planejamento, na coordenação e direção, e ainda na assessoria, principalmente em relação aos fóruns e conselhos municipais, “seja no plano da defesa de direitos sociais [...] seja no âmbito do legítimo controle social” (YASBEK, 1999, p.98). Como desafios tem-se a necessidade do aprimoramento profissional no tocante a formulação, elaboração de planos, à análise, ao monitoramento e à avaliação de políticas públicas.

Nesse sentido, ao evidenciar algumas questões referentes ao mercado de trabalho no Recôncavo baiano, cabe mencionar, ainda que de forma sucinta, algumas características da política de Assistência Social no município de Cruz das Almas- BA³¹, e posteriormente evidenciar suas relações e condições de trabalho.

Considerando a questão do exercício profissional, conforme já situado na segunda seção deste estudo. Pode-se afirmar que o (a) assistente social, historicamente, tem um protagonismo essencial na política de assistência social, sendo assegurada sua inserção nos principais equipamentos da política em questão. Desta forma a Assistência Social do município, é composta por três equipamentos básicos, como a Secretaria

Recôncavo da Bahia- UFRB. Tem por objetivo fomentar o debate acerca do exercício profissional na região.

³¹ Cruz das Almas esta situado no recôncavo Sul do estado da Bahia, distando 146 quilômetros da capital do Estado, Salvador, a qual liga-se pela BR 101 e 324. O município possui área territorial de 150,903 km² e população estimada, segundo IBGE, em 2010 de 58,606 habitantes. Segundo o último censo demográfico realizado em 2010, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a população urbana representa cerca de 85,12% da população total do município. A estrutura demográfica apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa que, em termos anuais, cresceu 2,3% em média. Em 2000, este grupo representava 8,9% da população, já em 2010 detinha 10,2% do total da população municipal. O segmento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento negativo entre 2000 e 2010 (-1,5% ao ano). Crianças e jovens detinham 29,4% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 15.617 habitantes. Em 2010, a participação deste grupo reduziu para 22,9% da população, totalizando 13.420 habitantes. O Censo Demográfico de 2010 indicava que o município contava com 6.536 pessoas na extrema pobreza, sendo 1.911 na área rural e 4.625 na área urbana. Em termos proporcionais, 11,2% da população está na extrema pobreza, com intensidade maior na área rural (21,9% da população na extrema pobreza na área rural contra 9,3% na área urbana). (LIMA, 2013, p.17)

Municipal do Trabalho e Assistência Social ³², pelo Centro de Referência da Assistência Social -CRAS ³³; e pelo Centro de Referência Especializado da Assistência Social-CREAS ³⁴. Destarte o tópico a seguir evidencia uma breve caracterização da política de Assistência Social no município em questão.

4.0 Breve caracterização da Política de Assistência Social no município de Cruz das Almas/BA.

Para situar a complexidade do trabalho no âmbito da política de Assistência Social cabe, de forma sucinta, trazer algumas características da mesma no município em questão. Para tanto a Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social conta com as seguintes Políticas e Programas em desenvolvimento: o Cadastro Único ³⁵, o Programa Leite Fome Zero ³⁶, Nossa Sopa ³⁷, Benefício de Prestação Continuada (BPC), os benefícios eventuais, Tarifa Social, o Programa Bolsa Família (PBF), a Carteira do Idoso ³⁸, o grupo Bom Viver, o Projovem e o Peti, o CRAS, o CREAS,

³² Localizada na Rua Afrânio Peixoto, S/N, Parque Sumaúma- CEP: 44. 380-000. Cruz das Almas-Bahia.

³³ Localizado na Rua Otávio Mangabeira, S/N, Bairro Itapicuru. CEP: 44. 380-000. Cruz das Almas-Bahia.

³⁴ Localizado na Rua Rio Branco, N° 209, bairro Estrada de Ferro. CEP: 44. 380-000. Cruz das Almas-Bahia.

³⁵ “As informações do CAD único, publicadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e combate a fome, sobre o BF em Cruz, ano 2012, são as seguintes: População Total (Censo) 58.606 ; Estimativa de famílias pobres 9.352; Total de famílias cadastradas 8.352 ; Total de famílias com rendimento per capita de meio S.M. 5.430 ; Condicionais; Total de famílias com perfil educacional (6-15 anos) 5.518 ; Total de famílias com perfil educacional (16-17 anos) 478; Total com perfil saúde (crianças até 7 anos, mulheres 14-44 anos) 3.802 ; Total de famílias acompanhadas educação (6-15 anos) 4.493 ;Total de famílias acompanhadas educação (16-17 anos) 369; Total de famílias acompanhadas saúde 2.804; Total de famílias com repercussão descumprimento 11 ; Total de famílias com registro de acompanhamento 0”. LIMA, 2013,p.18).

³⁶ “São mais de 3 mil pequenos produtores beneficiados e 104 mil crianças contempladas. Por mês, o governo baiano distribui mais de 2,2 milhões de litros pelo programa. A iniciativa de aquisição e distribuição do leite caprino pasteurizado, também fortaleceu a caprinocultura leiteira na Bahia. Essa ação foi destaque nacional e conferiu à Bahia o Prêmio do governo federal, Josué de Castro, voltado às iniciativas bem sucedidas na área de segurança alimentar”. (BRASIL/MDS, 2004).

³⁷ “Por ano, são distribuídos cerca de 14 milhões de pratos, beneficiando 342 mil pessoas mensalmente através de 612 entidades em 351 municípios baianos. A ação é realizada pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (Sedes) em conjunto com as Voluntárias Sociais da Bahia (VSBA) e Empresa Baiana de Alimentos (Ebal). Além de financiar o programa e definir as diretrizes em conjunto com os parceiros, a Sedes monitora, fiscaliza e avalia as ações e os impactos da sua execução. As Voluntárias Sociais selecionam e cadastram as instituições beneficiadas na capital e no interior, através de visitas in loco para implantação e supervisão, além de promover capacitações para o correto manuseio e preparação do produto. Já a Ebal, além da aquisição e logística de distribuição de produtos, faz a avaliação sensorial, análise dos laudos laboratoriais e auditorias da unidade fabril, garantindo a oferta de um alimento seguro. ”. (BRASIL/MDS, 2004).

³⁸ “Atualmente, aqueles idosos que possuem comprovante de renda já podem solicitar a gratuidade ou o desconto de 50% nas viagens interestaduais. A resolução sobre a Carteira do Idoso para os que não têm comprovante de renda foi

Em linhas gerais, o Programa Leite Fome Zero³⁹, objetiva de diminuir a vulnerabilidade e insegurança alimentar de crianças de 2 a 7 anos, cujas famílias tenham renda per capita de até meio salário mínimo. Além disso, o mesmo almeja fortalecer a produção leiteira, pela via da produção familiar. Já o Programa Nossa Sopa almeja garantir um alimento nutritivo mediante da distribuição de sopa para instituições assistenciais. As quais tenham como público-alvo, a população em situação de risco social e/ou desnutrição. A sopa é distribuída também em situações emergenciais, no sentido de minimizar o cenário de deficiência alimentar de grande parcela da população brasileira.

A carteira do Idoso corresponde a um benefício que dá desconto no valor de passagens interestaduais, em transportes ferroviário, rodoviário e aquaviário. Tal direito é assegurado pelo Estatuto do Idoso (Lei Federal nº. 10.741/2003), e pelo Decreto nº. 5.934 de 2006. Para incluir-se no programa, o idoso deve estar inserido no Cadúnico, e atentar-se para os critérios e requisitos necessários à confecção e ao recebimento da carteira. Os benefícios eventuais, os quais os municípios tem autonomia para implementar-los de acordo com as especificidades locais. Estes benefícios objetivam suprir necessidades causadas por eventualidades, como calamidades públicas, as situações relativas ao nascituro e ao óbito (do recém-nascido e/ou da mãe). Já a Tarifa Social é um benefício que visa o desconto nas contas de luz. O mesmo abarca pessoas cuja renda familiar seja de até três salários mínimos e que os requerentes tenham o numero de identificação social (NIS) gerado pelo Cadastro Único dos programas sociais.

Dentre os programas geridos pela Secretaria, o Programa Bolsa Família (PBF) é o principal programa social, cujo caráter é seletivo e focalizado. Na qual efetua a transferência direta de renda para os indivíduos e famílias consideradas pobres e os que vivem abaixo da linha da pobreza, por assim dizer em condições de pobreza estrutural e de vulnerabilidade, sendo uma forma mínima de assegurar o direito humano a ter acesso à alimentação, à educação e à saúde. Assim “o Bolsa-Família é considerado uma inovação no âmbito dos Programas de Transferência de Renda por se propor a proteger o grupo familiar como um todo” (SILVA, YASBEK E GIOVANNI, 2011, p. 141).

aprovada, no ano de 2007, pela CIT - Comissão Intergestores Tripartite, que reúne representantes dos Governos Federal, estadual e municipal da Assistência Social”. (BRASIL/MDS, 2004).

³⁹ Tais programas se inserem na direção política de linha de atuação do governo de centrar no Brasil Sem Miséria.

O Benefício de Prestação Continuada também se constitui um benefício de transferência de renda voltado para idosos acima de 65 anos, aos quais tenham uma vida incapacitada para o trabalho, bem como se destina também à pessoas com deficiência. Cujas rendas mensais sejam inferiores a um quarto do salário mínimo. Neste benefício existem outros paralelos como o BPC – escola⁴⁰, e o BPC-trabalho⁴¹. Entretanto no município de Cruz das Almas ambas as modalidades ainda são muito incipientes, tendo em vista a alta rotatividade de profissionais que executam o programa. Desta forma apenas a Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social é que gere o encaminhamento e os trâmites relativos ao benefício.

Para a inclusão no programa é necessário que o requerente esteja inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). Além dos critérios para a inclusão no PBF, existem condicionalidades a serem seguidas pelas famílias beneficiárias, bem como pelo poder público; as famílias assumem o compromisso de cumprir as condicionalidades, já a responsabilidade do poder público situa-se na oferta dos serviços públicos de saúde, educação e assistência social, os quais fazem parte das condicionalidades exigidas e tem como intuito a ampliação do acesso dessas famílias a seus direitos sociais básicos. Como,

Na área de saúde, as famílias beneficiárias assumem o compromisso de acompanhar o cartão de vacinação e o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 7 anos. As mulheres na faixa de 14 a 44 anos também devem fazer o acompanhamento e, se gestantes ou nutrizes (lactantes), devem realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e do bebê. Na educação, todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar devidamente matriculados e com frequência

⁴⁰ O programa BPC na Escola, criado pela Portaria Normativa Interministerial nº 18, de 24 de abril de 2007, tem como objetivo desenvolver ações intersetoriais, visando garantir o acesso e a permanência na escola de crianças e adolescentes com deficiência, de 0 a 18 anos, beneficiários do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC), com a participação da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Tem como principal diretriz a identificação das barreiras que impedem ou dificultam o acesso e a permanência de crianças e adolescentes com deficiência na escola e o desenvolvimento de ações intersetoriais, envolvendo as políticas de educação, de assistência social, de saúde e de direitos humanos, com vistas à superação dessas barreiras. (BRASIL/MDS, 2004).

⁴¹ O Programa de Promoção do Acesso das Pessoas com Deficiência Beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Qualificação Profissional e ao Mundo do Trabalho - **Programa BPC Trabalho**, foi instituído pela Portaria Interministerial nº 2, de 02 de agosto de 2012. É uma iniciativa do Governo Federal, a ser realizada pelos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), da Educação (MEC), do Trabalho e Emprego (MTE) e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). Seu objetivo é promover o protagonismo e a participação social dos beneficiários com deficiência do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC, por meio da superação de barreiras, fortalecimento da autonomia, acesso à rede socioassistencial e de outras políticas, à qualificação profissional e ao mundo do trabalho, priorizando a faixa etária de 16 a 45 anos. . (BRASIL/MDS, 2004).

escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75%. Na área de assistência social, crianças e adolescentes com até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), devem participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do PETI e obter frequência mínima de 85% da carga horária mensal. O poder público deve fazer o acompanhamento gerencial para identificar os motivos do não cumprimento das condicionalidades. A partir daí, são implementadas ações de acompanhamento das famílias em descumprimento, consideradas em situação de maior vulnerabilidade social. A família que encontra dificuldades em cumprir as condicionalidades deve, além de buscar orientações com o gestor municipal do Bolsa Família, procurar o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) ou a equipe de assistência social do município. O objetivo é auxiliar a família a superar as dificuldades enfrentadas. Esgotadas as chances de reverter o descumprimento das condicionalidades, a família pode ter o benefício do Bolsa Família bloqueado, suspenso ou até mesmo cancelado. (MDS, Condicionais do PBF).

Este programa prima por alcançar os seguintes objetivos: combater a fome; a miséria; promover a inclusão social; contribuir para emancipação das famílias contempladas, possibilitando uma oportunidade delas se organizarem durante um período, dentro desse processo alguns membros dessas famílias beneficiárias conseguem a aposentadoria, outros ingressam no mercado de trabalho e conseqüentemente são desligados do Programa, para dar a outras famílias que estão na fila de espera, a mesma oportunidade que eles tiveram; desenvolver mecanismos que possibilitem a ruptura intergeracional da pobreza; bem como combater a desigualdades através da transferência monetária vinculadas com políticas e programas estruturantes na área da saúde, educação, assistência social.

O Programa Bolsa Família na cidade de Cruz das Almas, de acordo com o MDS, até fevereiro de 2012 transferiu renda para 5.428 famílias o que equivale a um repasse de R\$ 607.140,00 para o município, ressaltando que existem 9.022 famílias cadastradas no Cadúnico.

Ainda fazendo parte dos equipamentos da Assistência Social e compondo o SUAS pode-se citar o PETI, o qual vem articular um conjunto de ações que visa à

retirada de crianças e adolescentes, na faixa etária de 07 a 16 anos, das práticas de trabalho infantil exploratórias, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 anos em conformidade com o capítulo V, Artigo 60 do Estatuto da Criança e do Adolescente ECA (Lei Federal 8.069/1990). As famílias que ingressam no PETI tem o direito de acessar ao Bolsa Família, desde que estejam dentro das condicionalidades do Programa – as quais já foram abordadas – desta forma, após a transferência de renda, toda criança e adolescente que for encontrado em situação de trabalho que negligencie seus estudos e lazer, deve ser, obrigatoriamente, introduzida no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, serviço esse que é ofertado pela Proteção Social Básica e Especial e o responsável pelo PETI no município. Portanto, a articulação dos dois programas (PETI e PBF) fortalece o apoio às famílias, tendo em vista que pobreza e trabalho infantil estão amplamente relacionados nas regiões de maior vulnerabilidade social. O PETI além de conceder recurso financeiro – Bolsa Família – também promove atividades no turno oposto ao das aulas escolares, oferece artesanato, atividades esportivas, recreações e palestras sobre cidadania, meio ambiente, família entre outras, no intuito de evitar que os jovens em risco social voltem a exercer atividades laborativas perigosas e também de proporcionar, como essas ações, uma maior interação entre os jovens assistidos pelo PETI e suas familiares.

O PETI é resultado da parceria entre os três entes federados, no qual o governo federal é responsável principalmente pelo repasse de verba; o estadual deve se responsabilizar pela supervisão do Programa e cabe ao município, mais precisamente, as prefeituras o desenvolvimento do trabalho na ponta, ou seja, com os usuários e seus familiares. No município de Cruz das Almas existem 131 crianças e adolescentes cadastradas e ativas nesse Programa de acordo com o Relatório de Informações Sociais/MDS referente ao mês de dezembro de 2011, que estão distribuídos nos núcleos da Piaba e Touquinha, na zona rural, e Rio Branco e Itapicuru, na zona urbana, as quais participam de ações socioeducativas e de convivência.

De acordo com a autonomia dispensada aos municípios de desenvolver e fortalecer a rede socioassistencial é que além dos Programas e projetos federais supracitados, foi implementado o Grupo Bom Viver, o qual, segundo a nossa supervisora de campo atende a aproximadamente 150 beneficiários com faixa etária a partir dos 60 anos, que fazem várias atividades como aulas de ioga, oficinas de flores, oficina de biscuit, pintura, jogos, danças, excursões, curso de inclusão digital, dentre

outros. O grupo também promove festas de aniversário dos seus componentes, “bate-papos”, proporcionando uma integração social, fortalecimento dos vínculos familiares, promoção da melhoria da qualidade de vida e elevação da auto-estima.

Além da secretaria, os equipamentos que compõem a política em questão, também executam os programas elencados. Destarte, ainda que de forma sucinta cabe explicar que ao CRAS compete a prestação de informações e orientações para a:

[...] população de sua área de abrangência, bem como se articular com a rede de proteção social local no que se refere aos direitos de cidadania, mantendo ativo um serviço de vigilância da exclusão social na produção, sistematização e divulgação de indicadores da área de abrangência do CRAS, em conexão com outros territórios (BRASIL/MDS, 2004, p. 29).

Também, é disponibilizado pelo CRAS atividades que incentivam o:

[...] apoio às famílias e indivíduos na garantia dos seus direitos de cidadania, com ênfase no direito à convivência familiar e comunitária; serviços continuados de acompanhamento social às famílias ou seus representantes; visitas e entrevistas às famílias que estejam em situação de risco e quase-riscos; acolhida para recepção, escuta, orientação, referência e encaminhamento; palestras voltadas à comunidade ou à família, seus membros e indivíduos; oficina de convivência e de trabalho socioeducativo para família, seus membros e indivíduos; ações de capacitação e de inserção produtiva; campanhas socioeducativas, reuniões e ações comunitárias, articulação e fortalecimento de grupos sociais locais. (SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2008).

Assim como o CRAS, o CREAS faz parte da rede SUAS, constituindo-se como unidade pública de prestação de serviços especializados e contínuos a famílias e indivíduos em estado de risco pessoal e social e discriminação, ou seja, com seus direitos violados e em situação de restrição que comprometam a autonomia e o exercício de capacidade a plena vida.

O Centro de Referência Especializado da Assistência Social presta atendimento prioritário as crianças, adolescentes e suas famílias, promovendo a integração de

esforços, recursos e meios para que ampliem suas capacidades no enfrentamento dos problemas da vida pessoal e social, envolvendo para tanto, um conjunto de profissionais e procedimentos de trabalho, para oferecer apoio e acompanhamento individualizado e especializado. De acordo com o Relatório de Informações Sociais/MDS (2011), 90 famílias foram cadastradas/atendidas, sendo que 50 delas utilizaram do Serviço de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI / Serviço de Abordagem Social e 40 adolescentes participaram do Serviço de Proteção ao Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto – MSE⁴². O CREAS presta

[...] Serviço de enfrentamento à violência, abuso e exploração sexual contra crianças, adolescentes; Serviço de Orientação e Apoio Especializado a Indivíduos e Famílias com seus Direitos Violados; e Serviço de Orientação e Acompanhamento a Adolescentes em Cumprimento de Medida Sócio-Educativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade. (MDS, CREAS – Guia de Orientação Nº 1, DF).

Portanto, a Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social de Cruz das Almas tem como perfil da população atendida pessoas com deficiência física, nutrizes, idosos, crianças e adolescentes, jovens a procura de trabalho e famílias em situação de vulnerabilidade social e vicissitudes da vida.

Para que os Programas, projetos e ações que visam à implementação é evidente a necessidade de dispêndio de recursos financeiros, é nesse sentido que a Secretaria dispõe do Fundo Municipal de Assistência (FMAS). O Fundo é um significativo instrumento de gestão, pelo fato de possibilitar transparência nas fontes das receitas, seus valores e data de entrada; os dispêndios e as aplicações financeiras; se configuram também como condições para que haja as transferências, a comprovação orçamentária dos recursos próprios do município destinados à assistência social. Tal Fundo possui modelo de gestão descentralizado e participativo e tem como referência o Sistema Único de Assistência Social (Suas).

De acordo com os parâmetros do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), o município de Cruz das Almas é considerado de Médio

⁴² Ver Resolução Nº 109, que dispõe a Matriz padronizada dos serviços socioassistenciais.

Porte, levando em consideração a sua densidade populacional. A mesma dispõe do Fundo Municipal de Assistência (FMAS)⁴³. O repasse financeiro se consolida através do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) – que é incumbido de exercer a orientação e controle do FMAS; da elaboração do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) – elemento estratégico de sistematização das ações e práticas sociais; e da alocação na Lei Orçamentária dos recursos orçamentários próprios para a Assistência Social. Esse fundo abarca recursos próprios do município e é co-financiado pelas instâncias federal e estadual que são repassados fundo a fundo. . O que constitui um dos grandes desafios para a operacionalização da política nos marcos da legislação e das correlações de força municipal.

Nessa direção os conselhos vinculados à rede socioassistencial estão o CMAS (Conselho Municipal de Assistência Social); o CMDCA (Conselho Municipal de Criança e Adolescentes); o Conselho do Idoso, o CONSEA (Conselho de Segurança Alimentar), sendo que o mesmo não é deliberativo e o Conselho tutelar. É importante frisar que na empreitada de realização da pesquisa, bem no processo de observação proporcionado pela disciplina do estágio supervisionado. Foi perceptível o quanto ainda é incipiente a atuação do conselho municipal, tendo em vista uma inércia nos procedimentos relativos ao exercício do controle social, bem como certa invisibilidade e desconhecimento e/ou imprecisão de suas funções e atribuições por parte dos trabalhadores dos equipamentos, quantos dos usuários da política supracitada.

Contudo, já esboçado uma breve caracterização da política de Assistência Social no município supracitado. Cabe evidenciar, então acerca da atuação profissional do (as) assistentes sociais alocados na mesma. A fim de galgar as nuances que envolvem as

⁴³“ (...) tendo em vista o disposto na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, DECRETA: Art. 1º O Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, fundo público de gestão orçamentária, financeira e contábil, instituído pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, tem como objetivo proporcionar recursos para cofinanciar gestão, serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social.

Art. 2º Caberá ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, enquanto órgão responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social, gerir o FNAS, sob orientação e acompanhamento do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

§ 1º A proposta orçamentária do FNAS constará das políticas e programas anuais e plurianuais do Governo federal e será submetida à apreciação e à aprovação do CNAS.

§ 2º O orçamento do FNAS integrará o orçamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (Câmara dos Deputados, Decreto nº 7.788, de 15 de Agosto de 2012).

condições de trabalho destes trabalhadores. O qual fora o principal foco do estudo em questão.

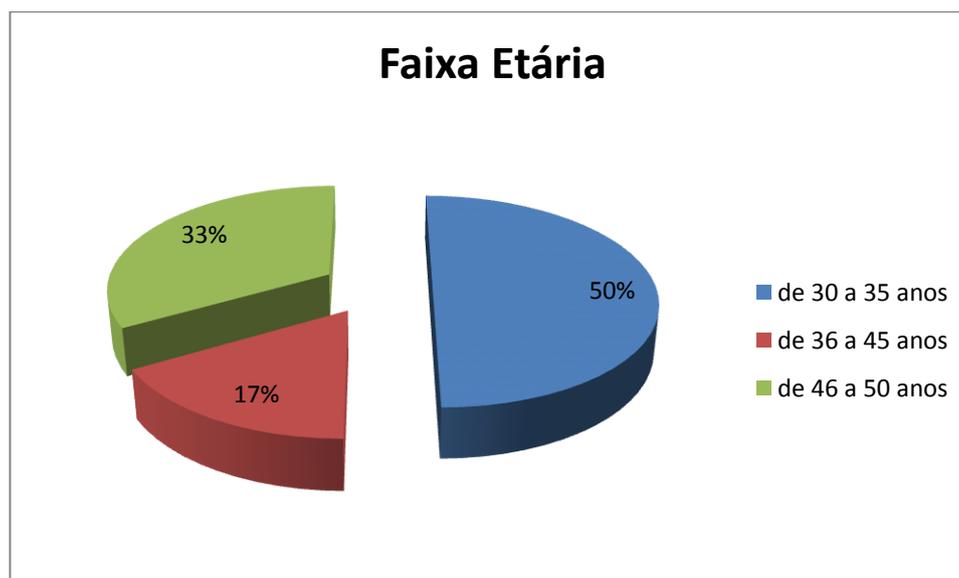
4.2- Redesenho da atuação profissional dos assistentes sociais na Assistência Social em Cruz das Almas/BA.

Nesse íterim convém mencionar que a pesquisa desenvolvida decompôs-se em três principais eixos, na qual o primeiro deles esboça acerca do perfil profissional, o segundo no tocante a uma análise do processo de trabalho e o terceiro eixo abarca as condições de trabalho sobre as quais os (as) assistentes sociais alocados na Assistência Social são submetidos.

4.2.1- Perfil Profissional.

Do universo pesquisado pode-se deprender que todas são do sexo feminino, o estado civil é de casado e a faixa etária oscila entre 50% de 30 a 35 anos, 17% entre 36 a 45 anos e 33% de 46 a 50 anos de idade, como esboça o gráfico abaixo.

Gráfico 1: Faixa Etária



Fonte: Pesquisa direta

Quanto à cor/etnia 43% responderam branco, quanto que 57% responderam se identificaram enquanto pardo. Fora perguntado o tempo de formado que o (a) profissional tinha, conforme esboça o gráfico abaixo 34% tem de quatro a seis anos de formação, sendo que 33% tem de sete a dezoito anos de formação. E quanto à natureza da instituição de ensino, em que estes profissionais tiveram acesso a graduação, 67% disseram ser privada a instituição, sendo que 16% foi ensino público e 17% a modalidade fora ensino a distância.

Gráfico 2: Tempo de Formação

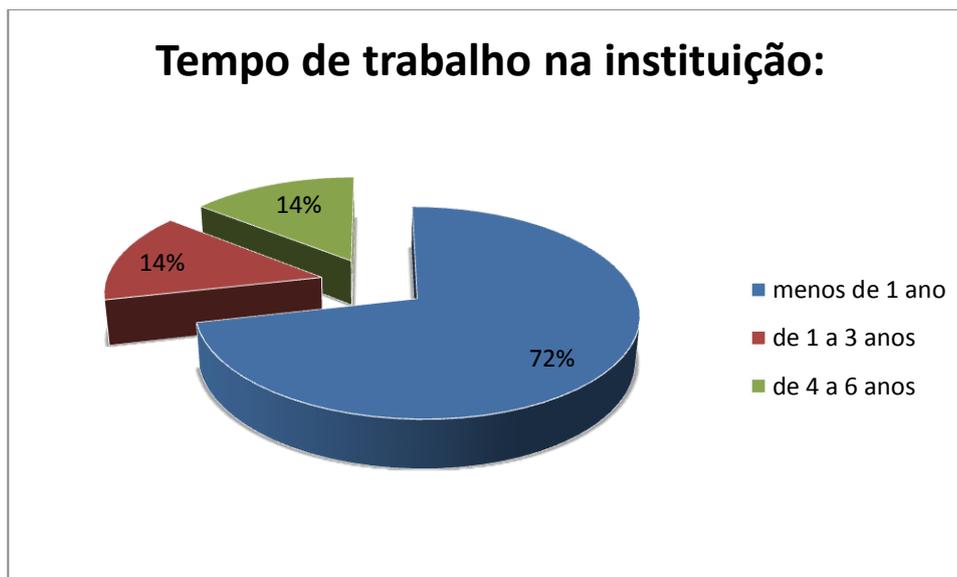


Fonte: Pesquisa direta

Destes, 67% residem no município em que trabalham e 33% residem em cidades circunvizinhas. Quanto ao tempo de trabalho na instituição pode se considerar que 72% trabalham a menos de um ano. O que pode ser atribuído ao recente processo de eleitoral dos municípios⁴⁴. Reinicia o processo de contratação, já que há uma alta rotatividade de funcionários, cujos vínculos empregatícios são intensamente fragilizados, reforçando ainda mais os processos de precarização no setor público. Como é mostrado no gráfico seguinte. Tal movimento vai à contramão do que preconiza a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos, em um de seus princípios. Assim “a gestão do trabalho no âmbito do SUAS deve também: *garantir a “desprecarização” dos vínculos dos trabalhadores do SUAS e o fim da tercerização*” (Resolução nº 269, de 13/12/06).

⁴⁴ As eleições municipais ocorreram em outubro de 2012.

Gráfico 3: Tempo de trabalho na instituição.



Fonte: Pesquisa direta

Tendo em vista o recente período eleitoral, e conseqüentemente um massivo processo de contratação de novos funcionários, dentre estes os profissionais de Serviço Social. Os quais reiniciaram os processos de execução e implementação de programas e projetos sociais. O que justifica o fato destes trabalharem nos equipamentos a menos de um ano. Nesse limiar convém chamar a atenção para o impacto que a rotatividade de funcionários denota nas ações socioassistenciais, as quais deveriam ter o caráter de continuidade e acompanhamento. Acabam sendo fragmentadas e fragilizadas, já que os executores das ações são realocados constantemente.

Nesse sentido o eixo seguinte denota acerca dos processos de trabalho do (a) assistente social, destacamos as principais atividades realizadas pelos mesmos.

4.2.2-Análise do processo de trabalho do (a) assistente social.

Outro eixo observado na análise em questão consistiu nos processos de trabalho do (a) assistente social na referida política social. Nesse sentido foi possível inferir que as principais atividades realizadas são o planejamento de programa e de projetos, gerência e coordenação, capacitação e treinamento, orientação de benefícios, esclarecimento quanto aos direitos sociais, diagnósticos sociais e acompanhamento e supervisão de estágio. O público alvo majoritário do trabalho profissional são os

beneficiários vinculados aos projetos, programas sociais, as famílias e seus membros, principalmente crianças, adolescentes, idosos, mulheres, pessoas com deficiência, dentre outros. No CRAS a atuação profissional se dá com uma equipe multidisciplinar⁴⁵. Cujos profissionais, além do (a) assistente social, são o pedagogo, psicólogo. Já no CREAS, a equipe é composta por assistente social, psicólogo e advogado. Ao passo que na Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social, os entrevistados revelam não haver possibilidades para atuação com equipes multiprofissionais, tendo em vista o caráter engessado e burocratizado das ações no âmbito da gestão. Destarte

Esse ethos da burocracia impregna também a atuação dos profissionais de Serviço Social. A reiteração de procedimentos profissionais rotineiros e burocráticos na relação com os sujeitos pode resultar na invasão de um estranho no seu ambiente privado, muitas vezes aliado a uma atitude de tolerância com a violência que tem lugar nos aparatos burocráticos do Estado. Assim faz-se necessário estimular a criação de mecanismos passíveis de desburocratizar as relações com os sujeitos que reivindicam direitos e serviços, melhorando a qualidade do atendimento. (IAMAMOTO, 2009, p.356).

Dentre os instrumentais mais utilizados estão os pareceres sociais, prontuário social, encaminhamentos, visitas domiciliares, entrevistas, relatórios sociais, atendimentos individuais, acolhida, a escuta, o trabalho sócio-educativo, trabalho em grupo, palestras e planejamentos. Para tanto, é importante chamar atenção para questão ainda muito presente no cotidiano do fazer profissional. Há um forte tradicionalismo no tocante à instrumentalidade do Serviço Social. Os instrumentais e as técnicas, apesar da literatura, das discussões terem avançado com base no referencial marxiano. Tais técnicas, principalmente, no objeto em questão se mostram “antiquadas” e pragmáticas⁴⁶. Desta forma impactam não somente na leitura das demandas, mas sobremaneira intervenção das mesmas.

No tocante às estratégias utilizadas no sentido de dar respostas as demandas, os entrevistados responderam que a ato de acionar a “rede de suporte” para viabilizar o

⁴⁵ Consiste em um grupo de profissionais com os mesmos objetivos a serem atingidos numa ação.

⁴⁶ A questão dos instrumentos, nesse âmbito, denota diversos entraves que impactam nos processos de trabalho. Principalmente instrumentos como o prontuário social, recentemente utilizados nos equipamentos da rede SUAS. São repassados sem orientação e intencionalidade adequadas, impactando assim sobremaneira o trabalho e reforçando o pragmatismo no tange que alguns instrumentais.

acesso aos serviços tem sido o mais recorrente. Contudo, foi afirmado, também que essa “rede” a qual é acionada nada mais é que uma rede de contatos, pautados nas relações sociais de conhecimento ou até mesmo de relações profissionais. Assim “ a estratégia são os contatos com outros profissionais ⁴⁷.” Entrevistado 01.

As estratégias nesse sentido são utilizadas principalmente para dar respostas às demandas, em especial àquelas situadas no âmbito da imediaticidade. As quais muitas das vezes são provenientes das contradições da Assistência Social e emperram sua viabilização. Quanto aos normativos legais que são utilizados se destacam a Lei Orgânica da Assistência Social, a Política Nacional de Assistência Social, o Código de Ética profissional, a Lei de Regulamentação da profissão, o Estatuto do Idoso, Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Municipal de Benefícios Eventuais, a Lei Orgânica Municipal, a Resolução nº 109, dentre outros.

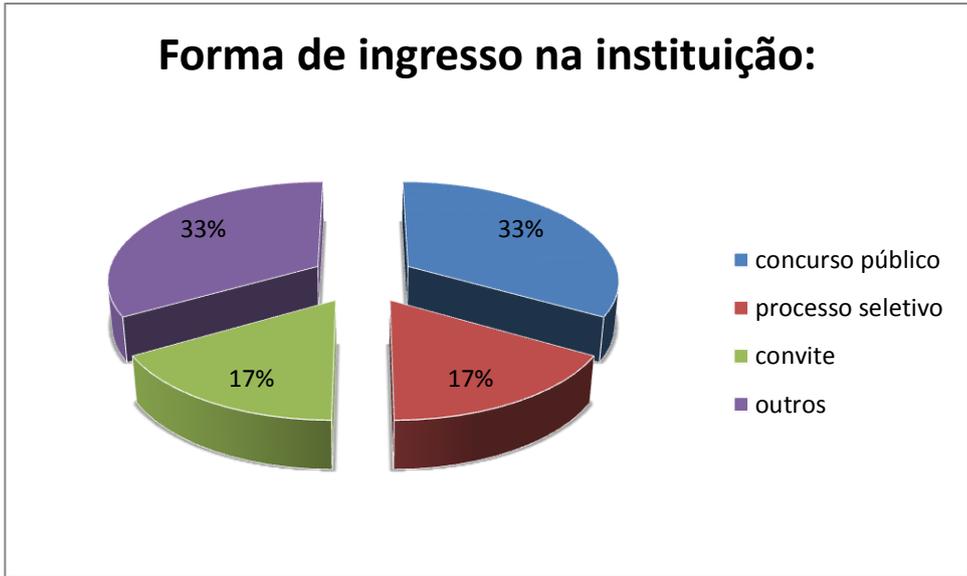
Tais questões interferem diretamente no trabalho profissional e podem incidir para atenuar as precárias condições de trabalho que serão analisadas no eixo seguinte, com a tentativa de evidenciar e problematizar, algumas questões relativas às condições de trabalho destes profissionais na política já referida.

4.2.3-Análise das condições de trabalho do (a) assistente social na política de Assistência Social em Cruz das Almas/BA

Diante das considerações, acima elencadas, observa-se que as condições de trabalho dos assistentes sociais alocados na política de assistência social no município de Cruz das Almas/BA demonstram um processo de precarização do exercício profissional desde a forma de ingresso destes profissionais na instituição. O gráfico abaixo demonstra a heterogeneidade das formas de ingresso na instituição, uma vez 33% fora por intermédio de concurso público, 17% processo seletivo e 17% convite. . Se somados os percentuais de processo seletivo, convite e outros, totalizam 67% dos profissionais, os quais mantêm tem vínculos flexíveis.

Gráfico 4: Forma de ingresso na instituição

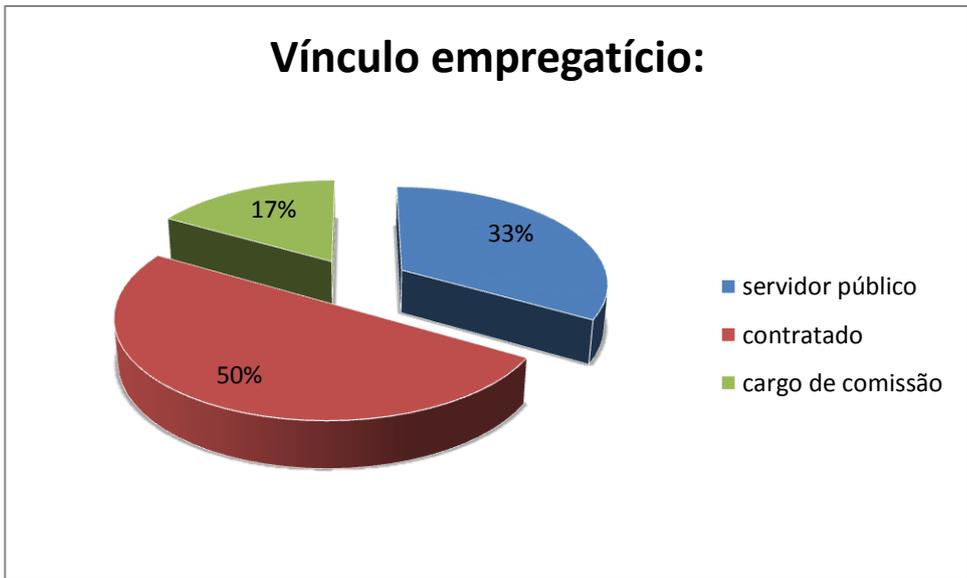
⁴⁷ O que demonstra que há sérios problemas quanto ao trabalho de rede e da intersetorialidade com as demais políticas sociais e consequentemente, da materialização da rede socioassistencial. Como essa questão da rede de contatos, acaba sobrepondo o real sentido da intersetorialidade.



Fonte: Pesquisa direta

O que reforça a fragilização e precarização das formas de trabalho. Já que a maior parte dos (as) assistentes sociais alocados na rede socioassistencial do município supracitado vivem o que MATTOSO (1996) caracteriza como insegurança no emprego, por meio da tendência de redução da estabilidade no emprego, através da subcontratação. Desta forma, como esboça o gráfico abaixo, a grande maioria destes profissionais são contratados.

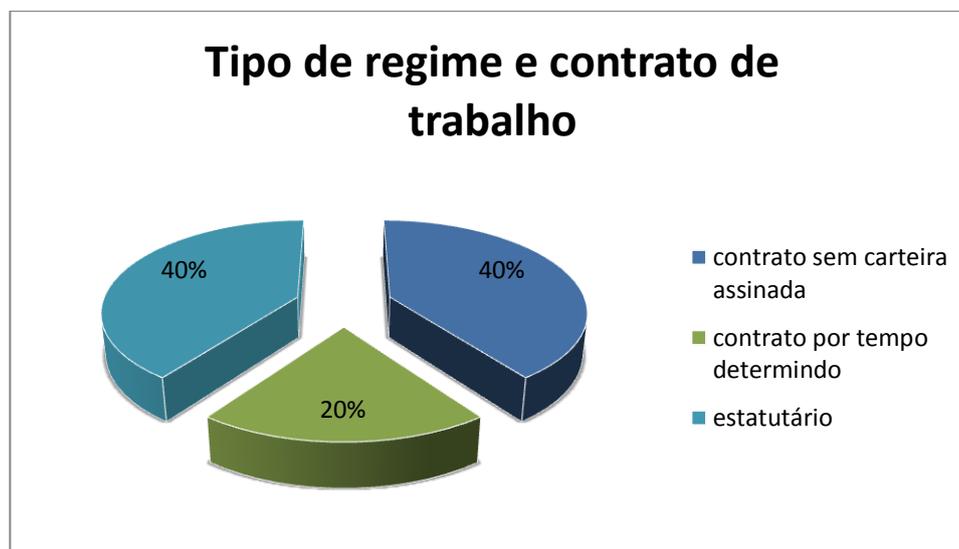
Gráfico 5: Vínculo empregatício



Fonte: Pesquisa direta

A precarização das condições de trabalho é confirmada no universo da pesquisa quando a mesma evidencia que 50% dos sujeitos pesquisados mantêm contrato sem carteira assinada. Outros 17 % são cargo de comissão e 33% são servidores públicos. Conforme esboça o gráfico abaixo 40% trabalham sem carteira assinada, 20 % por tempo determinado e 40% são estatutários. Desta forma, a maior parte destes profissionais trabalha sem garantias trabalhistas.

Gráfico 6: Tipo de regime e contrato de trabalho.



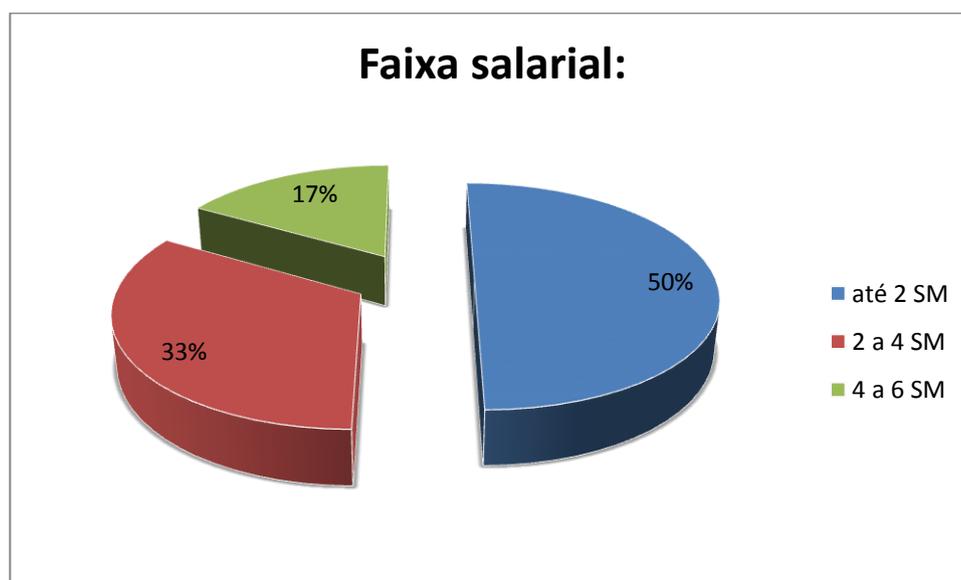
Fonte: Pesquisa direta

Quanto à carga horária de trabalho todos profissionais trabalham de vinte a trinta horas semanais. Destes 67% realiza outra atividade laboral, quanto que 33% não realizam. O que demonstra que as condições salariais precárias têm levado os assistentes sociais, o acúmulo de funções em outros municípios, implicando na efetividade dos serviços como preconiza a NOB-RH.

Diante das questões elucidadas acerca do perfil profissional, é notório que a política pública de Assistência Social em nível municipal, não escapa dos rebatimentos e efeitos latentes do processo de precarização das condições de trabalho, principalmente, no tocante a aos vínculos empregatícios. E ainda a necessidade do trabalhador, em questão, em agregar outras ocupações tendo em vista a sua sobrevivência, o que acaba por impactar na qualidade do serviço prestado, ou seja, na viabilização dos direitos socioassistenciais.

No que se refere às condições salariais 50 % afirmaram receber entre um e dois salários mínimos. Sendo que os outros 50%, entre dois e quatro salários mínimos e entre quatro e seis salários mínimos. Destarte, essa realidade vai à contramão do que preconiza o projeto de lei n.º 5278/2009, que tramita na Câmara dos Deputados, e que institui o piso salarial de R\$ 3.720,00 para a categoria dos assistentes sociais.

Gráfico 7: Faixa salarial



Fonte: Pesquisa direta

As condições de trabalho nesse âmbito foram avaliadas como regular cujo quantitativo denota 67%. Ao lado de 33% afirmarem enquanto boas tais condições.

Gráfico 8: Condições de trabalho



Fonte: Pesquisa direta

As condições de trabalho são justificadas principalmente pelo “trabalho temporário sem garantias trabalhistas, dificuldade na intersectorialidade por desconhecimento da política por alguns setores e da equipe recém-formada e autonomia relativa na tomada de decisões devido a centralização das informações” entrevistado 04.

Desta forma há condições de realização de lacração de material técnico e técnico sigiloso, com condições de climatização e sigiloso para atendimentos aos usuários. Ao passo que, os 40%, afirmaram que a sala de atendimento possui isolamento acústico, sendo que o material técnico não tem sido lacrado, nem reservado aos profissionais de Serviço Social. O que vai à contramão do que preconiza a Resolução CFESS n° 493/2006 que dispõe acerca das condições éticas e técnicas do exercício profissional.

Nesse limiar, diversos são os desafios que pairam o campo do trabalho profissional. Cabe chamar a atenção para questão da excessiva burocracia que impacta nas ações. Assim pode-se inferir que

A burocratização ocorre quando determinados procedimentos práticos são solidificados, formalizados e repetidos mecanicamente (...) Na prática burocratizada o sujeito abstém-se do questionamento acerca de suas finalidades, do conteúdo que ela apresenta, do conhecimento acerca da racionalidade ou irracionalidade nela impregnada. Quando se busca descortinar a racionalidade subjacente à prática profissional pretende-se justamente descobrir o conteúdo e as finalidades a que servem essas práticas. (COELHO, 2013, p.42).

Na prática burocratizada não há espaço para uma intervenção pautada numa tentativa de questionar, investigar e propor uma ação à problemática na qual o usuário traz na forma de demanda. Sendo uma ação cristalizada, não há assim espaço de correlacionar a intencionalidade da ação com o objeto em questão, aparece então uma lacuna entre agir e intervir, que na maioria das vezes coloca o objeto de intervenção, neste caso as demandas, em um movimento de manipulação formalizada e acrítico. Há que considerar também a tal prática burocratizada é consequência dos eixos limítrofes que caracterizam a política em questão. Mediante suas contradições e seus poucos recursos sejam eles humanos físicos e financeiros.

Soma-se a estes entraves a escassez de equipamentos para realização do exercício profissional, como a falta de transporte para viabilizar as visitas domiciliares, equipamentos como computador, impressora dentre outras. E ainda a parca valorização da profissão nas instituições, perceptível através da imprecisão e/ou desconhecimento das atribuições e competências profissionais. Quanto à perspectiva destes profissionais frente aos processos de precarização sofridos na atualidade, os mesmo afirmaram que a categoria profissional, bem como os conjuntos representativos, como CFESS, CRESS, ABPESS, devem unir-se para reivindicarem e buscarem condições melhores de trabalho, entretanto os mesmos se mostram desmotivados quanto à questão salarial. Apesar de todos os entrevistados afirmarem que se identificam com profissão, os mesmo se afirmam que os entraves como a precarização das condições desestimula. Quanto a esse aspecto, convém frisar que os rebatimentos diretos no cotidiano profissional e na retração dos direitos trabalhistas, refletem o cenário atual para todos os trabalhadores e conseqüentemente, podem contribuir drasticamente nas condições de saúde física e emocional do trabalhador.

Nesse sentido é importante frisar que apesar dos processos de precarização das condições de trabalho ser uma questão que está posta na contemporaneidade, e ultrapassa os limites profissionais, há que considerar e chamar a atenção para a relativa autonomia. Espaço pelo qual o trabalhador e/ou profissional pode buscar estratégias as quais possam ir à direção da viabilização dos direitos socioassistenciais e na legitimação dos princípios do Código de Ética da profissão e do Projeto Ético Político e assim garantir sentido a sua ação profissional. Para tanto

Na verdade, o assistente social é um profissional que trabalha permanentemente na relação entre estrutura, conjuntura e

cotidiano, e é no cotidiano que as determinações conjunturais se expressam e aí é que se coloca o desafio de garantir o sentido e a direção da ação profissional. (MARTINELLI, 2004, p.4, apud, FÁVERO, 2009, p. 159).

Como profissional que atua como mediações na relação do usuário com as políticas sociais, o mesmo com suas dimensões investigativa, interventiva e principalmente a dimensão pedagógica. Pode contribuir para aguçar sua capacidade de desvelar a realidade posta, propondo alternativas e reconhecendo as novas exigências e demandas que são evidenciadas no descortinar da realidade. O que pode contribuir para romper com concepções e/ou posturas deturpadas pautadas nos discurso da não prática justificada pela precarização. Assim,

Se o assistente social atua junto ao cotidiano dos grupos excluídos da participação social nos bens e serviços produzidos pela sociedade, e a suspensão do mesmo só se torna possível através de sua mediatização pelos processos homogeneizantes, este profissional não é um mero “mediador”, *mas um agente que trabalha com e nas mediações*. (PONTES, 1997, p. 179).

Outra necessidade contínua, no sentido de aguçar o leque de habilidades profissionais, é a continuada formação, e o posicionamento crítico frente as nuances e os desdobramentos da atual conjuntura. Já que a sociedade capitalista se reconstrói e se reinventa constantemente no envolver da dinamicidade histórica. Nesse sentido, a desmotivação, conforme fora mencionado pelos entrevistados, não deve ser motivo para a não prática de qualidade, e muito menos ao conformismo diante da realidade. Pois como Bertold Brecht evidencia, aquilo que é hábito não pode ser visto como natural, em tempo de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada pode ser impossível de mudar. A isto soma a categoria o projeto profissional que vai à contramão do capital e de seus efeitos destrutivos, deletérios e desumanos.

Considerações Finais

No que tange às condições de trabalho dos profissionais de serviço social, principalmente no recôncavo baiano, com destaque para o intenso processo de contratação e o baixos salários, é que se torna crucial pensar tais condições de trabalho frente aos processos de precarização tão intensos na contemporaneidade. É importante destacar que a região do recôncavo baiano, por consistir recentemente em um lócus de formação profissional de Serviço Social, através da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Deve evidenciar espaços de interlocução com a realidade posta ao exercício profissional dos assistentes sociais, e estreitar o campo do saber com campo do cotidiano das demandas, entraves e desafios postos aos profissionais, em questão, seja pela via da extensão e/ou do estágio supervisionado. E assim repensar a formação e o exercício profissional frente aos novos rearranjos da estrutura capitalista.

Nesse limiar cabe frisar que, conforme foi explicitado nas linhas anteriores, que a precarização das condições de trabalho, são oriundas basicamente do movimento contraditório do capital, em seu movimento de reinventar-se e fortalecer-se constantemente, sob a premissa básica da exploração da força de trabalho na tentativa de almejar o lucro e intensificar a divisão classista da sociedade atual. É importante ter em mente, então, que no cotidiano do fazer profissional, ainda que imerso nas formas mais precárias de trabalho. Estas não devem justificar a não prática e muito menos a inércia no tocante às ações, em especial no âmbito da política pública de Assistência Social. A qual ainda é muito incipiente em relação aos seus dispositivos balizadores, os quais almejam consolidar uma política de direitos e não mais reforçar práticas benemerentes e clientelistas.

Desta forma cabe chamar atenção para a Norma Operacional de Recursos Humanos (NOB/SUAS-RH), a qual consiste em um mecanismo legal de gestão do trabalho no âmbito do SUAS, porém ainda se mostra um tanto desconhecida dentre os trabalhadores da Assistência Social, em especial os (as) assistentes sociais. A mesma tem com um de seus princípios, a desprecarização dos vínculos empregatícios. Entretanto é necessário que estes trabalhadores tenham a clara noção deste dispositivo enquanto ferramenta legal na luta por melhores condições de trabalho. Nesse ínterim, o assistente social, tanto no âmbito da gestão, quanto na execução de planos, programas e projetos sociais, na política de Assistência Social, tem como ferramenta a dimensão

pedagógica da profissão. Esta pode trazer uma contribuição no tocante à orientação, divulgação e reflexão tanto aos usuários, quanto aos demais trabalhadores, e especialmente aos demais assistentes sociais, acerca da importância e da necessidade de efetivação da NOB/RH.

Entendendo o movimento dialético do modo de produção capitalista e seus rebatimentos no mundo do trabalho, bem como o modo de regulação flexível resulta na terceirização, na polivalência, bem como na precarização cada vez mais intensa das condições de trabalho. Movimento este que apoiado nas políticas econômicas de ajuste neoliberal, as quais tendem à uma refração no campo das políticas sociais e dos direitos sociais. Desta forma, a tendência da precariedade do trabalho é uma questão que está posta e evidente no cotidiano da prática profissional. Para isso é necessária um olhar crítico e uma análise de conjuntura coerente com os determinantes estruturais que compõem a totalidade da vida social.

Enquanto categoria profissional o olhar marxiano nos dá essa desvelada forma de perceber a realidade social e assim propor formas de intervenção às expressões da questão social, traduzidas sob a forma de demandas, trazidas pelos usuários das políticas públicas.

Por outro lado tal concepção não significa que a atuação se torne obsoleta e inerte mediante os entraves impostos por essa precariedade. Mas é no campo da relativa autonomia, ainda que muito limitada. Há estratégias as quais podem pelo menos balizar um processo de trabalho contundente com os princípios fundamentais elencados no Código de Ética Profissional, e não repercutir posturas como cita uma entrevistada na pesquisa. “ Me preocupa bastante os rumos da profissão, seja na formação (modalidade à distância ou presencial). Seja no exercício onde temos precárias condições de trabalho e um comodismo apático de determinados profissionais que tem o Código de Ética como um livro qualquer guardado na gaveta”. Entrevistado 03.

Outro ponto que merece destaque, é também a necessidade de uma compreensão mais precisa e arraigada quanto ao Projeto Ético Político do Serviço Social. Seja na sua compreensão quanto nas rupturas com o tradicionalismo. Destarte,

[...] os projetos profissionais vinculam-se, tendencialmente, aos projetos societários hegemônicos. Mas o projeto ético-político profissional do Serviço Social tem a peculiaridade de se afirmar articulado ao processo de construção de uma contra-hegemonia, pois faz a opção pela defesa e instauração de uma sociedade justa, democrática e igualitária, portanto livre do jugo do capital. (SILVA, 2009, p. 112).

O caráter contra hegemônico do projeto ético-político vai à contramão da ordem do capital e almeja a instauração de uma nova sociedade, “aquela em que propicie aos trabalhadores um pelo desenvolvimento para a invenção e vivência de novos valores, o que, evidentemente, supõe a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação” (CFESS, 1993, p.45, apud SILVA, 2009, p.114).

Contudo o enfrentamento das atuais e sutis formas de exploração da força de trabalho, como a precarização das condições de trabalho, a terceirização dentre outras formas, especialmente no que toca os trabalhadores assistentes sociais. Cabe mencionar a relevância que o projeto profissional detém mediante a tentativa de enfrentamento das formas de espoliação do capital para com o mundo do trabalho. Há que considerar que afirmativa de Marx quando este afirma que o capitalismo cria seus próprios coveiros”(1998, p.45). Desta forma Bertold Brecht é contundente ao afirmar que “Não aceitemos o que é hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural nada deve parecer impossível de mudar”. Daí a importância de enveredar por esse estudo, em apreender, ir além das aparências, na direção de desmitificar o natural dado e fortalecer uma perspectiva de luta da classe trabalhadora, e conseqüentemente, da organização política dos assistentes sociais.

Referências

ARAÚJO, B. A. O serviço Social como trabalho: alguns apontamentos sobre o debate. In **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, nº 93, 2008.

ABEPSS. **Política Nacional De Estágio Da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. In: *Temporalis*. N 1. Brasília, 2009.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **Serviço Social, trabalho e políticas públicas** / Ney Luiz Teixeira de Almeida, Mônica Maria Torres de Alencar.- São Paulo: Saraiva, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____, Ricardo L. C. (Ricardo Luís Coltro), 1953- **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**/ Ricardo Antunes. – [2. Ed., 10. Reimpr. Ver. E ampli.] – São Paulo, SP; Boitempo, - 2009.

ARANHA, Lúcia. **Educação e trabalho no contexto da terceira revolução industrial**/ Lúcia Aranha. – São Cristovão, Se: Editora UFS, 1999.

BAPTISTA. M. V. **A prática do assistente social: teoria, ação, construção do conhecimento**. volume I/ Myrian Veras Baptista, Odária Battini. – São Paulo: Veras Editora, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social**. Brasília – DF, 2010. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemd/assistencia-social>> Acessado em: 15.11.2012 às 10: 30h.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**, Brasília- DF, 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS**, Brasília – DF, 1993.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Guia de Orientação Técnica - SUAS n. 01- Proteção Social Básica de Assistência Social**, Brasília, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Conselho Nacional de Assistência Social. Diário Oficial da União, Resolução Nº 109, de 11 de novembro de 2009**, Brasília – DF, 2009.

_____. **Constituição Federal de 1988– Seguridade Social – Art. 194, alterado pela Emenda Constitucional nº 20 de 1998**. Disponível em: <<http://www.mpas.gov.br/conteudoDinamico.php?id=57>> Acessado em: 16.09.2013 às 11: 30h.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **CRAS, um lugar de (re) fazer histórias**. Ano 1, n. 1. Brasília – DF, 2007.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **CREAS – Guia de Orientação** N° **1**. Disponível em: <<http://www.mp.sp.gov.br/pls/.../1EE98E24C85A5007E040A8C02C01435...>> Acessado em: 19/09/2013 às 10:40h.

BEHRING, Elaine R. **Brasil em contra-reforma - desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade Social e Trabalho**. Brasília. Ed. UnB, 2008

BRASIL. Presidência da República. **Lei 8.662. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências**. Brasília, 7 de junho de 1993.

Capital: essência e aparência/ Reinaldo A. Carcanholo (org.). – 1. Ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CFESS. **Atribuições Privativas do Assistente Social em questão**. Brasília: CFESS, 2002. (p. 26- 46)

_____, (Conselho Federal de Serviço Social). **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília: 1993.

_____. **Resolução nº 493/2006. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do Assistente Social**. Brasileira, 2006.

_____. **O trabalho do/a Assistente Social no Suas: seminário nacional / Conselho Federal de Serviço Social - Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta**. Brasília: CFESS, 2011. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/SEMINARIO_SS_no_SUAS%282009%29.pdf> Acessado em: 08.09.2013 às 23:20h.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais/** Antonio Chizzotti 11 ed. – São Paulo: Cortez, 2010. – (Biblioteca da educação. Série 1. Escola; v.16).

COELHO, Marilene Coelho. **Imediatividade: Na prática do Assistente Social** – Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade** / Suely Ferreira Deslandes, Otavio Cruz Neto, Romeu Gomes; Maria Cecília Minayo (organizadora).- Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

Em pauta: teoria social e realidade contemporânea. – vol.1 , n. 1 (1993). Rio de Janeiro UERJ/ Faculdade de Serviço Social, 1993.

FERNANDES, Ana Elizabete Simões da Mota. **Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90/** Ana Elizabete Simões da Mota Fernandes. São Paulo: Cortez, 1995.

FREIRE, Lúcia M. B. **O serviço social na reestruturação produtiva: espaços, programas e trabalho profissional/** Lúcia M. B. Freire. – 2. Ed. – São Paulo: Cortez, 2006.

GRANEMANN, Sara. **Processos de Trabalho e Serviço social I.** Programa de Capacitação em Serviço social e Política Social. Módulo II. Brasília: Cead/UnB, 1999.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do serviço social/** Yolanda Guerra.- 3. Ed. – São Paulo: Cortez, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social /** Marilda Vilela Iamamoto. – 2 ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

_____, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional/** Marilda Villela Iamamoto.- 16. Ed.- São Paulo, Cortez, 2009.

_____, M. V- **Legitimidade e crise do serviço social: um ensaio de interpretação sociológica da profissão.** Dissertação de mestrado. Piracicaba SP, 1982.

_____, M. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social.** Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____, M. V. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do Assistente Social na atualidade. In. : CFESS. **Atribuições privativas do Assistente Social em questão.** Brasília, 2002.

_____, M. V. **Relações Sociais e Serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** São Paulo: Cortez; Lima: Celats, 1982.

_____, M. V. **Renovação e Conservadorismo no serviço social/** Marilda Vilela Iamamoto.- 9. Ed. – São Paulo: Cortez, 2007.

MARX, Karl. **Manifesto do partido comunista.** São Paulo: Cortez, 1998.

JACCOUD, Luciana. Proteção Social no Brasil: debates e desafios. In:Brasil/mos(org). **Concepção de gestão da proteção social não-contributiva no Brasil.** Brasília. UNESCO/MOS, 2009.

LESSA, Sérgio. **Serviço social e trabalho: porque o serviço não é trabalho /** Sérgio Lessa.- São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LIMA, Nailma Almeida. **O Conselho do Bolsa Família em Cruz das Almas**, 36 páginas. 2013. Monografia – Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2013

LOWY, Michael. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista/** Michael Lowy. – 17. Ed. – São Paulo: Cortez, 2006.

MANDEL, Ernest, 1923- **O capitalismo tardio/** Ernest Mandel; apresentação Paul Singer; tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo.- 2. Ed. –São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MOTA, A. E e AMARAL, A. S. do. **Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social.** In: MOTA, A. E. (org.) A Nova Fábrica de Consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1998.

MOTA. A. E. **O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, política e sociedade/** Ana Elizabete Mota (organizadora). -2.ed. rev. e ampl.- São Paulo: Cortez, 2008.

Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho/ Francisco J. S. – Teixeira, Manfredo Araújo de Oliveira (orgs.) – São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1996.

NETTO, José Paulo. **Economia política: uma introdução crítica/** José Paulo Netto e Marcelo Braz. – São Paulo: Cortez, 2010. – (Biblioteca básica de serviço social; v.1)

_____, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** 4. Ed.- São Paulo, Cortez, 2005.

_____, José Paulo, 1947- **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do serviço social no Brasil pós-64/** José Paulo Netto – 9. Ed. – São Paulo: Cortez, 2006.

_____, J. P. Transformações Societárias e Serviço Social. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n° 50, 1996.

OLIVEIRA, Heloisa Maria José de. **Cultura política e assistência social: uma análise das orientações de gestores estaduais/** Heloisa Maria Jose de Oliveira. – São Paulo: Cortez, 2003.

PAIVA, B. A. Os SUAS e os direitos socioassistenciais: a universalização da seguridade social em debate. In **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n° 87, 2006.

PONTES, Reinaldo Nobre em **Capacitação em Serviço Social e Política Social.** Modulo 04: O trabalho do Assistente Social e as Políticas Sociais. Brasília. UNB. 2000.

_____, Reinaldo Nobre. **Mediação e serviço social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social/** Reinaldo Nobre Pontes. – 2. Ed. rev. – São Paulo: Cortez, 1997.

RICHARDSON, Roberto Jarry & col. **Pesquisa Social. Métodos e Técnicas.** 3. Ed. Revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Na Prática a Teoria é outra? Mitos e Dilemas na Relação entre Teoria, Prática, Instrumentos e Técnicas no Serviço Social.** Ed. Lumen Juris. Rio de Janeiro, 2010.

SERRA, Rose. **Espaços Ocupacionais e Serviço Social- ensaios críticos/** Rose Serra (org.) Jundiaí, Paco Editorial: 2012.

SANT'ANA. R. S. **Aveso do trabalho II: trabalho, precarização e saúde do trabalhador/** Raquel Santos Sant'ana (org)... et al.—1. Ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SILVA, Ozanira Silva e. **O Serviço Social e o Popular.** 2ª Ed. São Paulo, Cortez, 1993.

SEVERINO, Antônio Joaquim, 1941 – **Metodologia do trabalho científico/** Antônio Joaquim Severino. – 23. Ed. Ver. E atual. – São Paulo: Cortez, 2007.

VALENCIA. A. S. Trabalho, classe trabalhadora e proletariado: ensaio sobre as contradições do capitalismo contemporâneo. In **Serviço Social e Sociedade**, nº 97, 2009.

Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. – Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. 760 p. (Publicação: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. V. 1).

YAZBEK, Maria Carmelita; MARTINELLI, Maria Lúcia e RAICHELIS, Raquel. **O Serviço Social Brasileiro em movimento: fortalecendo a profissão na defesa dos direitos.** In **Serviço Social e Sociedade** 95. São Paulo, Cortez Editora, 2008.

_____, Maria Carmelita. As ambigüidades da Assistência Social brasileira após dez anos de LOAS. In: **Revista Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, n. 77, 2006.

Apêndice



O trabalho do (a) assistente social no âmbito da política de Assistência Social no Recôncavo da Bahia: Um estudo crítico e propositivo acerca das condições de trabalho no município de Cruz das Almas- BA.

Roteiro de questões para pesquisa:

I- Perfil Profissional:

1.1-Nº do questionário

1.2 Sexo: () Masculino b) () Feminino

1.3 Estado civil: () Solteiro () Casado () Divorciado () Viúvo () Outros

1.4- Faixa Etária: () De 18 a 23anos () De 24 a 29 anos () De 30 a 35 anos () 36 a 41 anos () 46 a 50 anos () Acima de 50 anos

1.5- Cor/ etnia: () Branco () Pardo () Mulato () Negro () Amarelo () Indígena () Outros

1.6- Tempo de formado em Serviço Social:

() menos e 01 ano () 1 a 3 anos () 4 a 6 anos () 7 a 9 anos () 10 a 12 anos () 13 a 15 anos () 16 a 18 anos () 19 a 21anos () acima de 21 anos

1.7- Natureza da Instituição:

() Pública () Privada / () Presencial () Semi- Presencial () EaD

1.8- Tempo de trabalho na instituição:

() menos e 01 ano () 1 a 3 anos () 4 a 6 anos () 7 a 9 anos () 10 a 12 anos () 13 a 15 anos () 16 a 18 anos () Acima de 18 anos

1.9 -Local da residência:

Reside no município em que atua? () Sim () Não, qual ?_____

1.10- Faixa Salarial:

()até 2 SM () 2 a 4 SM ()4 a 6 SM () 8 a 10 SM () Acima de 10 SM

1.11- Forma de ingresso na Instituição:

() Concurso público () Processo seletivo () Convite () Outros

1.12- Vinculo empregatício na Instituição

() Servidor público () Contratado ()Cargo de Comissão () Voluntário () Outros

1.13- Tipo de regime e contrato de trabalho:

() Contrato sem carteira assinada () Contrato com carteira assinada () Contrato por tempo determinado () Prestação de serviços () Estatutário () Celetista () Outros

1.14-Carga horária de trabalho na Instituição:

() até 20 horas () 21 a 30 horas () 40 horas () acima de 40 horas

1.15- Você realiza outra atividade laboral?

() Sim () Não

Se, sim qual? Quantas horas de trabalho?_____

1.16-Formação Continuada

() Não () Sim, quais:

() Especialização () Mestrado () Doutorado () Cursos de capacitação () Outros

II- Análise do processo de trabalho do assistente social na política de Assistência Social:

2.1-Quais as principais atividades desenvolvidas na instituição?

() Planejamento de programas e de projetos

() Supervisão de programas

() Gerência ou coordenação

- () Assessoria e acompanhamento
 - () Administração de benefícios
 - () Capacitação e treinamento
 - () Orientação a benefícios
 - () Esclarecimento – orientação quanto aos direitos sociais
 - () Diagnósticos sociais
 - () Acompanhamento e supervisão de estágio
 - () Outros, quais ?
-
-

2.2- Qual o público-alvo do trabalho profissional? Como se dá a relação dos usuários com o Serviço Social

2.3- Atua com uma equipe multidisciplinar ou interdisciplinar? Quais são os outros profissionais que o serviço social atua diretamente?

2.4- Quais as estratégias utilizadas para a efetivação e viabilização dos serviços, benefícios ofertados pela Instituição? Qual sua percepção em relação a relativa autonomia?

2.5- Quais os instrumentais técnicos- operativos empregados no seu fazer profissional?

2.6- Quais são os desafios e impasses no exercício profissional?

III- Análise das condições de trabalho.

3.1 - Como você avalia as condições de trabalho na Instituição em que atua?

- () ótimo () bom () regular () ruim

Justifique:

3.2- Tem realizado os procedimentos preconizados pela resolução CFESS nº 493/2006. Acerca dos procedimentos de lacração de material técnico e técnico sigiloso? A instituição dá condições para tais procedimentos?

3.3- A instituição oferece condições para que se garanta o sigilo profissional?

- () sim () não, quais _____

3.3- O material técnico utilizado e produzido no atendimento é de caráter reservado, sendo seu uso e acesso restrito aos assistentes sociais? () sim () não

- 3.4- *Como você percebe na sua atuação profissional a inter-relação nas três dimensões: Ético-político, teórico-metodológico e técnico- operativo?*
- 3.5- *Qual a base legal utilizada no cotidiano do exercício profissional?*
- 3.6- *Como avalia a utilização do Código de Ética no seu exercício profissional?*
- 3.7- *Qual sua perspectiva em relação à profissão frente os processos de precarização sofridos atualmente?*
- 3.8- *De acordo com seu exercício profissional, bem como as condições na qual ele se desenvolve. Há satisfação e identificação com sua profissão?*

